



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
DIPLOMACIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NA ROTA DE BRUXELAS: O CAMINHO DA UCRÂNIA NA ADESÃO À UNIÃO EUROPEIA

Ana Sofia da Silva Marinho

2023



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
DIPLOMACIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NA ROTA DE BRUXELAS: O CAMINHO DA UCRÂNIA NA ADESÃO À UNIÃO EUROPEIA

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre no Curso de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, conferido pela Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa, no dia 29/05/2024, perante o júri, com o Despacho de Nomeação n.º 731/2024, de 28 de fevereiro, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Vasco Rato

Arguente: Prof^a. Doutora Patricia Daehnhardt

Orientador: Prof^a. Doutora Liliana Reis

Ana Sofia da Silva Marinho

2023

DEDICATÓRIA

Dedico a dissertação a duas pessoas muito especiais na minha vida, à minha avó Sofia, a pessoa com mais esperança, força e fé que conheci, que mesmo não estando presente deu-me a força necessária para combater as minhas inseguranças e terminar esta jornada e ao meu avô António, por me ter transmitido carinho e as suas palavras sábias e consoladoras.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias pela oportunidade de estudar e aprender num local onde a sabedoria predomina e onde pude alargar o meu conhecimento durante a realização do mestrado. Um obrigado à Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração por colocar no meu caminho e dos meus colegas um corpo docente que nos acompanhou firmemente.

Seguidamente quero agradecer à minha estimada professora e orientadora, Liliana Reis Ferreira pelos conselhos e por me ajudar a encontrar o rumo do meu ciclo académico quando a realidade parecia ser mais negativa. Foi um privilégio em tê-la como professora nestes últimos três anos, a sua essência não só como professora, mas também como pessoa foi, sem dúvida, marcada pelo carisma, dedicação, positividade e profissionalismo que transmitiu.

Por fim, a todos os meus amigos e familiares um agradecimento especial pela motivação, paciência, conselhos, apoio moral e força que me deram durante este percurso.

Obrigada!

RESUMO

Em conformidade com uma ordem mundial cada vez mais mutável, a procura pelo lugar como principal potência global é competitiva. Este fenómeno é marcado pelas mudanças políticas e conflitos territoriais crescentes. O mais recente é precisamente a invasão da Ucrânia pela Rússia. O principal foco da investigação são as relações entre a União Europeia e a Ucrânia, a partir do momento em que o país se tornou independente e começou a manifestar o seu interesse pelo Ocidente até ao despertar da guerra.

O papel da UE como mediador das relações internacionais e promotor da democracia é cada vez mais relevante e tem um grande peso sobre a Europa Oriental, especialmente quando a Ucrânia demonstra uma grande vontade de adesão. Durante o percurso de afirmação como país não pertencente à União Soviética, a Ucrânia acompanhou-se de alguns obstáculos, mais especificamente de duas revoluções e dinâmicas políticas complexas, nas quais a corrupção perdurava.

A UE tentou cumprir o seu papel no que diz respeito à Política Europeia de Vizinhança (PEV) englobando a Ucrânia nos mais diversos acordos e parcerias até este obter o estatuto de país candidato. Não obstante e durante esse período ocorreram múltiplos apelos para que a PEV fosse alvo de reformas para mudar a estratégia europeia. Com o pesar da guerra, a UE viu-se obrigada a afirmar-se como um ator geopolítico e redefinir-se geopoliticamente em todas as suas vertentes, sendo que o compromisso da Ucrânia igualmente fundamental para que a adesão seja realizada da forma mais pacífica possível enquanto a Rússia insiste em recuperar o seu território.

Palavras-chave: União Europeia; Ucrânia; geopolítica; guerra; Europeização.

ABSTRACT

In accordance with an increasingly changing world order, the search for a place as the leading global power is competitive. This phenomenon is marked by political changes and growing territorial conflicts. The most recent is precisely Russia's invasion of Ukraine. The main focus of the research is relations between the European Union and Ukraine, from the moment the country became independent and began to express its interest in the West until the outbreak of war.

The role of the EU as a mediator of international relations and promoter of democracy is increasingly relevant and has a great influence on Eastern Europe, especially when Ukraine shows a great willingness to join. During its journey to assert itself as a country not belonging to the Soviet Union, Ukraine faced a number of obstacles, specifically two revolutions and complex political dynamics in which corruption persisted.

The EU tried to fulfil its role in the European Neighbourhood Policy (ENP) by including Ukraine in various agreements and partnerships until it obtained candidate country status. Nevertheless, during this period there were multiple calls for the ENP to be reformed in order to change the European strategy. In the aftermath of the war, the EU was forced to assert itself as a geopolitical actor and redefine itself geopolitically in all its aspects, and Ukraine's commitment is equally fundamental for accession to be carried out as peacefully as possible while Russia insists on recovering its territory.

Keywords: European Union; Ukraine; geopolitics; war; Europeanisation.

ABREVIATURAS

AA – Acordo de Associação

APC – Acordo de Parceria e Cooperação

ATCEI – Assistência Técnica à Comunidade de Estados Independentes

CE – Comissão Europeia

CECU – Comissão Eleitoral Central da Ucrânia

CPE – Comissão Política Europeia

CSCE – Comissão para a Segurança e Cooperação na Europa

CSEAE – Comissão e Serviço Europeu para a Ação Externa

CT – Cooperação Transfronteiriça

EPS – Espaço Pós-Soviético

EUA – Estados Unidos da América

FED – Fundo Europeu de Defesa

IEDDH – Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos

IEVP – Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria

IVE – Instrumento de Vizinhança Europeu

JAI – Justiça e Assuntos Internos

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PA – Plano de Ação

PA – Programa de Associação

PAC – Política Agrícola Comum

PE – Parlamento Europeu

PEV – Política Europeia de Vizinhança

PIB – Produto Interno Bruto

PO – Parceria Oriental

UE – União Europeia

UpM – União para o Mediterrâneo

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

US – União Soviética

VR – Verkhovna Rada

ZCLAA – Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	11
1. Enquadramento Histórico e Conceptual das Relações entre UE-Ucrânia.....	13
1.1. Análise ao período entre 1991-2014.....	13
1.1.1. Independência da Ucrânia e Aproximação à UE.....	13
1.1.2. 1º Revolução e Apoio de Bruxelas	22
1.1.3. 2º Revolução e Confirmação do Apoio de Bruxelas	27
1.2. Análise ao período entre 2014-2021.....	32
1.3. O precipício da Guerra (2022).....	37
1.3.1. Antes da Guerra	37
1.3.2. A Guerra.....	38
1.3.3. Depois da Guerra	43
2. Análise da Formalização da Relação UE-Ucrânia no quadro da PEV.....	44
2.1. Análise da PEV e da POV	44
2.2. A PEV após as constantes crises na Ucrânia.....	50
2.3. A PEV no contexto da Europeização	53
2.4. O caminho da Ucrânia para a adesão à UE	55
3. Redefinição Geopolítica da Europa: Qual o papel da Ucrânia?	59
3.1. A Geopolítica Europeia	59
3.2. Potencial da Ucrânia e Matérias Associadas	65
3.3. O Espaço Geográfico e Territorial Europeu	68
3.4. Consequências Geopolíticas da Integração Ucraniana.....	71
CONCLUSÃO.....	76
BIBLIOGRAFIA	79

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - A expansão da OTAN na Europa desde 1991 (Mapa: Nick Megoran).

INTRODUÇÃO

A presente dissertação assenta no estudo das relações entre a União Europeia e a Ucrânia, nomeadamente o caminho da Ucrânia na adesão à UE. É, por isso, desta investigação, mapear a evolução das relações bilaterais (Ucrânia-UE) para compreender o panorama atual e crítico que bruscamente outorgou que uma guerra se originasse na zona Leste da Europa.

A problemática que conduziu o processo de investigação foi a seguinte:

– A relação entre a UE e da Ucrânia nos últimos vinte e cinco anos antecipou o caminho da adesão ucraniana e o afastamento da Rússia.

Este estudo pretende responder, ainda, às seguintes questões derivadas:

- ☐ Quais os fatores que desencadearam e proporcionaram a relação bilateral UE-Ucrânia?
- ☐ Qual é o papel da UE na promoção da democracia na Ucrânia?
- ☐ Será que a União Europeia incentivou a um equilíbrio político e geopolítico entre a Ucrânia e a Rússia nos anos anteriores à atual guerra?
- ☐ De que forma o apoio e a assistência da UE à Ucrânia é sustentável no domínio político e militar?
- ☐ Existiram ou existem interesses de política externa ou interesses divergentes por parte dos países que formam a União Europeia no que toca a uma possível adesão da Ucrânia à União?
- ☐ Quais são as consequências – positivas e/ou negativas – da proximidade bilateral e de uma eventualmente adesão?

Esta investigação foi realizada através de um recurso a uma metodologia qualitativa, através da análise intensiva de fontes primárias relacionadas com o tema abordado, nomeadamente da UE e documentos simbólicos referentes a eventos ocorridos segundo entidades oficiais – tais como governos, associações e instituições internacionais. O foco principal da pesquisa em fontes secundárias foi essencialmente centrado em artigos científicos, livros, monografias, bem como quaisquer outros registos e consolidações relevantes à investigação. A Norma *American Psychological Association* (APA) foi a adotada para referenciar a investigação.

A escolha deste tema recai sobre a leitura que realizei e programas televisivos que assisti, nos quais abordava a temática acerca dos eventos que se desencadearam na Ucrânia no começo de 2022 de forma generalizada. Considero, ainda, que este tipo de temática é fundamental no sentido em que não só é um tema da atualidade que continua a levantar questões aos cidadãos de todo o mundo, como a aprendizagem do começo das relações entre a Ucrânia e a EU permite dar um contexto prévio de pré-guerra, assim como é interessante compreender como a ligação entre os dois atores políticos foi progredindo e intensificando desde a queda da União Soviética (URSS).

A dissertação está organizada e estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo é realizado o Enquadramento Histórico das Relações entre UE-Ucrânia, no qual é abordado o período compreendido entre 1991 e 2004, desde a queda da União Soviética e independência da Ucrânia, passando pelo início da aproximação do país de Leste à UE, até à assinatura dos primeiros acordos entre ambos. Ainda no primeiro capítulo são mencionadas e analisadas a 1ª Revolução e o Apoio de Bruxelas, a 2ª Revolução e a Confirmação do Apoio de Bruxelas assim como o período de 2014 até 2021 no qual é depreendido o desenvolvimento das relações por meio de mais acordos e a influência democrática europeia na Ucrânia. No último tópico do primeiro capítulo é analisado o início da Guerra, nomeadamente os acontecimentos que antecederam e uma análise da respetiva guerra. No segundo capítulo, a Análise da Formalização da Relação UE-Ucrânia no quadro da PEV, trata-se da conceção e fundamentos da PEV e da PO, as constantes crises ucranianas, a PEV num contexto de Europeização assim como o caminho da Ucrânia para a adesão à UE. Por fim no terceiro capítulo é desenvolvida a Redefinição Geopolítica da Europa e o respetivo papel da Ucrânia, designadamente o conceito e evolução de uma Europa com um papel mais geopolítico, o potencial da Ucrânia e matérias associadas como a ameaça da militarização russa, o espaço geográfico e territorial europeu tendo em conta as mudanças a nível das fronteiras ao longo das últimas duas décadas e por último as consequências geopolíticas da integração ucraniana.

1. Enquadramento Histórico e Conceptual das Relações entre UE-Ucrânia

1.1. Análise ao período entre 1991-2004

1.1.1. Independência da Ucrânia e Aproximação à UE

Em virtude da queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), dá-se, a 1 de Dezembro de 1991, a o Ato da Declaração da Independência da Ucrânia, mantendo-se no governo ucraniano o partido comunista. A Independência resultou essencialmente do programa de reformas que Mikhail Gorbachev implementara, a partir de 1985, aquando a sua tomada de posse como líder da União Soviética, que por sua vez despoletou uma onda nacionalista e resultou na queda da superpotência mundial (Kubicek, 2008, p.119 e 120).

Nesta época o país ergueu-se fundamentalmente sobre uma democracia pluralista, ou seja, onde existe o reconhecimento de que vários partidos políticos possuem um igual direito ao exercício de poder político com base nas eleições. Contudo esta democracia demonstrou ser completamente instável, respetivamente ao nível de:

- ☐ Presidencialismo VS parlamentarismo;
- ☐ Centralização do poder VS autogoverno local;
- ☐ Democracia institucionalizada VS política persistente de elites/grupos (Minakov & Rojansky, 2018, pp.1 e 2).

O período correspondente à presidência de Leonid Kravchuk, entre 1991 e 1994, foi marcado pela mudança de governo e pelo término da supremacia soviética, que fizeram realçar a importância do Conselho Supremo da Ucrânia – também conhecido como *Verkhovna Rada* (VR) – através da sua oficialização. Mais tarde, entre 1994 e 2004, no decurso do governo do segundo presidente da Ucrânia, Leonid Kuchma, ocorreu o que o autor descreve como sendo a solidificação e fortalecimento do país e território, mediante a adoção da Constituição, a Junho de 1996, onde foi mencionado pelo governante que se “traçou uma linha sob um período de – anterior –apatridia e foi garantida a independência da Ucrânia”. Porém durante o governo de ambos os presidentes mencionados, ocorreu uma competição e disputa entre os próprios presidentes e a VR, sobre a qual a Constituição de 1996 proporcionou ao presidente todo o

poder executivo e o Conselho Supremo manteve o seu alto nível de independência – criando um relativo equilíbrio no sistema democrático. De referir, igualmente, que o autor menciona o facto de, em 1998, a Ucrânia já considerava e colocava em prática objetivos estratégicos para que houvesse uma possível adesão à União Europeia (UE) (Kuzio, 1998, pp.1 e 5).

É precisamente neste sentido e durante a procura de uma nova ordem mundial que a UE considerou a instabilidade da sua segurança dentro da comunidade económica e política e por sua vez decidiu igualmente procurar uma aproximação com os países de Leste que, aos poucos, colocaram um fim ao regime comunista. Ao mesmo tempo que a Ucrânia temia também pela sua própria segurança política – “Não menos crucial, muitos ocidentais tinham vindo a concentrar-se mais diretamente na Ucrânia e a ver a segurança global europeia e a segurança da Ucrânia como interdependentes.” (Albright & Appatov, 1999, pp.3 e 5). Ou seja, é possível depreender que a partir da inquietação de ambos os atores principais desta problemática deu-se o princípio do que seria uma complexa relação que foi-se desenvolvendo nos anos subsequentes.

A aproximação da Ucrânia à UE é uma matéria que implica refletir certas questões que abordam as consequências e as influências da mesma, nomeadamente o que é necessário, a nível de conceção de uma ordem e essência, para que haja segurança. Na obra, os autores – Albright e Appatov – sugerem quatro questões, notadamente:

- ☐ Quais são os procedimentos regionais que não infiltram o sistema europeu;
- ☐ Se algum processo implica a construção de um sistema de segurança europeu perfeitamente competente e operativo;
- ☐ O que poderá custar às instituições europeias o peso das ocorrências negativas que ocorram dentro dessas mesmas regiões e que por sua vez possam contrariar o aumento da segurança;
- ☐ E por último quais serão as funções, o nível de atuação e as responsabilidades por parte da Ucrânia na resolução de possíveis adversidades no domínio político europeu.

No que diz respeito à primeira questão é necessário ter em consideração que durante o período abordado no respetivo capítulo existiam grandes intenções de entrada e/ou adesão na União Europeia por parte de diversos países, contudo esta procura não beneficiava a parceria uma vez que nem todos esses países tinham a possibilidade ou critérios de adesão, daí que o conceito de uma Europa multi-regional fosse mais benéfico em contraste com a integração da Europa como continente (Albright & Appatov, 1999, p.151). E como Europa multi-regional

entendem-se “as economias do resto do mundo que são apresentadas em conjunto com o país de interesse multi-regional” – respetivamente a UE em conjunto com a Ucrânia (Neuwahl, F., Rueda Cantuche, J., Tukker, A., Poliakov, E., Reinout, H., Hawkins, T., Giljum, S., Moll, S., Oosterhaven, J., Bouwmeester. M., 2008, p.1930).

Relativamente à segunda questão, o que pode implicar um sistema de segurança operativo europeu recai sobre vários pretextos, tais como o facto dos países pertencentes ao Grupo de Visegrado – República Checa, Hungria, Polónia e Eslováquia – terem considerado que a Ucrânia não fosse um país candidato de segundo ou de terceiro grau para integrar organizações europeias tais como a UE, pelo menos até à data da referência apresentada. Assim como a ameaça por parte da Rússia no que diz respeito ao poder militar que ostenta e que dizia ser superior ao da Ucrânia, o que como consequência provoca hesitação na aproximação da União Europeia ao país referente. Por outro lado, a UE acreditou e temeu que a Ucrânia pudesse voltar a integrar-se na Rússia fazendo com que a ameaça fosse superior (Albright & Appatov, 1999, pp.152 e 153).

A terceira questão, estando relacionada com a anterior, revela igualmente que fatores como a antiga dependência da Ucrânia à Rússia, principalmente, no domínio económico pudessem prejudicar a parceria europeia que estaria a ser construída e fortalecida e ainda uma futura adesão, em virtude da possível interdependência do país de Leste à economia europeia devido à competitividade do mercado internacional. De referir igualmente que existia uma grande concorrência a nível de certos bens e recursos – como por exemplo o aço ou a produção de açúcar – entre a Ucrânia e determinados países membros europeus, que resultava num clima diplomático competitivo e um pouco instável (Albright & Appatov, 1999, pp.157 e 159).

No que diz respeito à quarta e última questão relacionada com a segurança, o papel da Ucrânia perante as matérias fulcrais da UE está fortemente ligado com o seu dever de cumprir as reformas direccionadas ao país de forma a não causar prejuízos à economia europeia, assim como ter empenho para conseguir obter o estatuto de “economia de mercado” dado que a União Europeia, à época, não considerava que a sua economia estivesse em transição, isto é, a converter-se num mercado livre (Albright & Appatov, 1999, pp.159 e 160). Assim sendo, aquando o desenvolvimento de uma nova ordem mundial de acordo com a visão europeia, especificamente após a URSS, a Ucrânia devia ter como objetivo principal dispor de uma economia de transição – “No contexto específico das economias em transição, as próprias instituições são um produto do processo de transição e devem ser vistas como um resultado

endógeno.” – (Roland, 2002, p.36), isto significa que a própria Ucrânia devia tomar a iniciativa relativamente à sua exposição e abertura económica. De igual forma, o autor Odushkin afirmou que “a economia da Ucrânia é maioritariamente orientada e dependente do mercado russo; a Ucrânia continua a não ser reconhecida como um país que possui uma economia de mercado” (Odushkin, p.373).

Eram já perceptíveis o clima e a vontade de permutar e adaptar as políticas da Ucrânia ao modelo Ocidental. Apesar das dúvidas e vacilações mencionadas anteriormente, existem fatores que também atraíam a Ucrânia à União Europeia – e vice-versa – pois é, além do mais, um país com um grande potencial, principalmente nos domínios agrícola, militar, do petróleo e gás natural e de outros recursos minerais. Se forem os países membros a dar o apoio e a estrutura base para desenvolver a aproximação entre ambas já seria um ponto de partida para uma futura aliança resistente, que envolve garantidamente questões de estratégia política e económica.

Desta forma, e para influenciar as instâncias europeias, a cooperação entre as instituições foi priorizada, na medida em que a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) – ou Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE)– interveio no âmbito da instabilidade económica, nas tendências separatistas e na promoção da democracia do país após a sua independência. No início do envolvimento da Organização, a sua área de atuação passou maioritariamente pela questão dos direitos humanos do povo ucraniano, algo que fora apreendido pela URSS na década precedente, e pela observação da atuação da conjuntura política. Mais tarde e após a implementação da Constituição em 1996 – como mencionado previamente – o foco foi direcionado predominantemente na incrementação da democratização da Ucrânia através de respetivos programas e pastas. De igual forma, o Conselho da Europa lidou diretamente com a democratização do país e tinha como posse uma maior variedade de instrumentos legais e facilidade em obter convenções, isto é, acordos ou pactos entre si. Consequentemente ambas as instituições foram ‘obrigadas’ ou forçadas a trabalhar conjuntamente para conseguir proporcionar um equilíbrio e harmonização política a nível mundial, que passava pela orientação da Ucrânia após a URSS (Oberschmidt, 2002, pp.39, 104 e 105). Para que o processo de democratização fosse realizado com sucesso as duas instituições focaram-se no seguinte:

- ☐ “A reforma dos procedimentos de reclamação eleitoral e de recurso”;
- ☐ “O apoio técnico e prático ao Provedor de Justiça ucraniano”;
- ☐ “A assistência de gestão ao Tribunal Constitucional”;

- “A campanha de informação abrangente na Crimeia para os Tártaros da Crimeia, para divulgar e promover novos procedimentos de cidadania” (temática que será abordada mais à frente na pesquisa);
- “A revisão exaustiva da legislação sobre calúnia no domínio dos meios de comunicação social” (Oberschmidt, 2002, p.99).

De referir que a Ucrânia aderiu ao Conselho da Europa a 9 de Novembro de 1995, um facto que reflete a aproximação entre os protagonistas da temática envolvente e que proporcionou para o respetivo país de Leste um vasto leque de oportunidades e de possibilidades na esfera governamental, fazendo assim parte dos 46 países que, atualmente, são membros do mesmo (Conselho da Europa, 2022).

De acordo com o que foi mencionado, previamente, em relação à marcante presidência de Leonid Kuchma e a respetiva solidificação da Ucrânia no período em análise, é pertinente mencionar que o primeiro Acordo de Parceria e Cooperação (APC) entre a Ucrânia e a União Europeia ocorreu a Junho de 1994, porém entrou apenas em vigor a 1 de Março de 1998 devido às adversidades de autorização e aprovação. No acordo foram estabelecidas múltiplas matérias tais como os aspetos institucionais e a interação política, a cooperação económica e setorial, as trocas comerciais e ainda a justiça, liberdade e segurança com vista à conveniência das duas partes envolvidas (Parlamento Europeu, 2011). Este consentimento foi substancial para fortalecer a proximidade entre ambos.

Para que houvesse o apoio e os meios necessários para desencadear-se a democratização dos países de Leste que teriam a ganhar a sua independência e autonomia como governo, a própria União Europeia teve de colocar na sua agenda de relações externas a divulgação e o incentivo à democracia, o que ocorreu precisamente um ano antes à Independência da Ucrânia, em 1990. A UE recorreu a uma estratégia de vizinhança de alargamento da sua área de influência visando a economia de mercado e a democracia mediante o que a autora descreve como “condicionalidade” e “socialização”. A condicionalidade diz respeito ao incentivo relacionado com o investimento credível à adesão que em contrapartida não inclui os custos internos de cada país e assim não afeta a competência e/ou poder. A socialização consiste na influência e persuasão social para que os protagonistas do país em questão redefinam as suas políticas (Lupu, 2010, pp.8 e 9).

Começava a ser evidente a opinião e a conceção ucraniana no que toca à agenda europeia – “Os ucranianos tendem a ver a UE como uma identidade geopolítica baseada na civilização,

uma percepção inicialmente partilhada pela maioria dos países europeus pós-comunistas” – o povo e governo ucranianos tinham em vista a integração e aproximação a uma união que tinha (e continua a ter atualmente) ideais relativos a um avanço e evolução da sociedade no que concerne a flexibilidade económica. Seria apenas através desta caracterização que a Ucrânia e a UE pudessem começar a caminhar conjuntamente em direção à partilha de valores comuns. Se, entre a última metade da década de 90 até 2004, a Ucrânia procurou uma aproximação à UE, a respetiva manteve-se deformada e precária pela contínua dependência económica à Rússia (Lupu, 2010, p.13). Desta forma, pode-se entender que entre 1991 e 2004 a aproximação, ou tentativa de aproximação do país de Leste da Europa à UE, encontrava-se num impasse, onde o obstáculo a contornar ou a atenuar seria a Rússia e a sua influência perante os antigos países pertencentes à URSS. Este inconveniente será abordado no capítulo seguinte mediante a análise das parcerias estabelecidas.

Com efeito o papel da União Europeia é e sempre foi um poderoso e distinto catalisador de mudança para os países que pretendiam aderir, ter algum tipo de relação ou parceria, ou até mesmo como mediador de conflitos internacionais que influenciassem a ordem mundial. A UE proporciona uma estrutura elaborada de procedimentos e iniciativas sociais e económicas com vista a que as elites políticas de determinados países se sintam pressionadas para corresponder às regras e estrutura externas. Se, por um lado, no Sul e Centro da Europa os processos de democratização de certos países – como por exemplo Portugal, Espanha, Grécia, Polónia e Eslovénia – foram realizados e concluídos com sucesso, por outro havia um fator chave que todos estes tinham em comum, isto é, antes da UE intervir no seu processo de democratização os mesmos já caminhavam nessa direção. E no caso de certos países de Leste, mais especificamente da Ucrânia, o país ainda vivia segundo um tipo de governo que não tinha interesse numa mudança imediata e premeditada, fazendo parte do grupo de países rotulados de “democratizadores relutantes”. Sendo este o papel da União Europeia, era evidente que esta não era a única identidade internacional com interesse em democratizar a Ucrânia, também a OTAN e os Estados Unidos da América demonstravam essa vontade (Kubicek, 2005, pp.270 e 271).

A União Europeia tornou-se responsável pelo trabalho desenvolvido a nível da democracia e direitos humanos. Como membros de pleno direito da União Europeia, os países de Leste anteriormente nomeados trouxeram uma ênfase renovada e apoiaram de igual forma o aumento do financiamento da UE para os direitos humanos e o desenvolvimento do trabalho democrático (Lloyd, 2010, p.548). Os governos europeus têm sido valiosos contribuintes no

auxílio ao desenvolvimento. Independentemente do facto da grande parte da assistência tenha sido aplicada a objetivos tradicionais de desenvolvimento, como por exemplo na saúde e infraestrutura, de igual forma as agências de desenvolvimento europeias têm dedicado cada vez mais atenção e financiamento a programas de direitos humanos e democracia nos últimos anos. Um dos grandes exemplos é a Alemanha – entre outros grandes doadores europeus – que se baseia em grande parte nos objetivos de desenvolvimento da Declaração do Milénio das Nações Unidas de 2000 para englobar a democracia e os direitos humanos. A Declaração do Milênio tem em consideração a redução da pobreza à democracia e ao estado de direito, e constata que os estados membros “não pouparão esforços para promover a democracia e fortalecer o estado de direito, bem como o respeito por todos os direitos humanos e liberdades fundamentais reconhecidos internacionalmente, incluindo o direito para o desenvolvimento.” (Lloyd, 2010, pp.551, 552 e 553).

A expansão da União Europeia a Leste ocorreu aquando a entrada de novos estados membros – tais como a República Tcheca, Chipre, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Eslováquia e Eslovénia em 2004, assim como a Bulgária e a Roménia em 2007 – que deram um importante destaque à democracia e aos direitos humanos como o centro e essência da assistência externa que receberam. Efetivamente e sob a liderança do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, a UE aumentou o financiamento para a assistência à democracia. Segundo a autora a União Europeia e os respetivos estados membros são os maiores provedores de ajuda externa do mundo. Essa ajuda traduziu-se na época e a título de exemplo pela *EuropeAid*, um instrumento de auxílio à democracia (Lloyd, 2010, pp.557 e 558). O *EuropeAid* foi um instrumento da Direção-Geral para o Desenvolvimento Internacional, da Comissão Europeia sendo:

“responsável pela formulação da política de desenvolvimento da União Europeia e das políticas temáticas para reduzir a pobreza no mundo, assegurar um desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável e promover a democracia, o Estado de direito, a boa governação e o respeito pelos direitos humanos, nomeadamente através da ajuda externa” (EURADA, 2023).

Sob o ponto de vista europeu a Ucrânia, após a sua independência, era entendida como intocável devido a fatores mencionados anteriormente como a influência soviética, contudo e após ter assinado o primeiro Acordo de Parceria e Cooperação (Comissão Europeia, 1998) era considerada como um país com uma grande importância geopolítica. A partir da data do respetivo acordo foram estabelecidos quadros institucionais para as relações, onde eram

incluídas cimeiras anuais, reuniões a nível ministerial e permutas entre a Verkhovna Rada e o Parlamento Europeu (Kubicek, 2005, pp.274 e 275).

No período pós-soviético foi visível que o país teve uma transformação política crítica. O fundamento de qualquer democracia representativa e funcional são os partidos políticos constituintes que devem ter como estratégia definida a existência de agentes na arena política que possam competir por cargos políticos e que por sua vez ofereçam alternativas pragmáticas aos eleitores. Países que não se conseguem ou tem dificuldade em democratizar sofrem de uma disfunção inquietante que os torna fracos. A debilidade e precaridade ideológica dos ‘partidos do poder’ como o de Kuchma – Partido do Poder – e a sua dependência do Estado é um sintoma do fracasso da consolidação democrática (Emerson, 2005, p.153).

Entre 1999 e 2004, ocorreu um movimento de oposição ao Presidente Leonid Kuchma, designado de “Ucrânia sem Kuchma”. Mais especificamente em 2002, os grupos pró-europeus e anti-Kuchma conseguiram obter a maioria dos assentos proporcionais na VR. No entanto, Kuchma venceu as eleições apenas pela pressão que exercia aos distritos mais vulneráveis às agências estatais (Minakov & Rojansky, 2018, p.5).

No contexto dos Acordo de Parceria e Cooperação, foram também desenvolvidos outros instrumentos de assistência financeira aos Estados pós-soviéticos, como por exemplo a Assistência Técnica à Comunidade de Estados Independentes (ATCEI) – implementado pela Comissão Europeia com o intuito de promover a economia, mais precisamente o comércio e o investimento e a capacitação governamental. No caso em concreto da Ucrânia, apenas 10 milhões de euros de 212 milhões de euros totais foram investidos no desenvolvimento da sociedade civil, nos media independentes e na democracia, no período de 2004 a 2006. A luta pelos direitos humanos e pela democracia nos países pós-soviéticos foi igualmente apoiada pelo Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH), através da qual órgãos locais, ONG’S internacionais e organizações intergovernamentais como o Conselho da Europa, que desenvolveram microprojectos e grandes projetos. Porém a distribuição dos financiamentos não foi realizada de igual modo nos países de Leste da Europa, sendo que na Ucrânia, no ano de 1993 a Comissão estabeleceu as primeiras delegações e os relativos microprojectos foram colocados em prática a partir de 2002. Esta é mais uma indicação da presença diplomática da União Europeia na Ucrânia. De referir que um dos pontos centrais do foco da IEDDH seria o acompanhamento das eleições, uma medida e domínio que anos mais tarde provocou hostilidades no país em análise (Shapovalova & Youngs, 2012, p.2).

Em 2012 e antes, a UE decidiu aplicar um conjunto de medidas de forma a desenvolver e fortificar a assistência perante a sociedade civil dos países da vizinhança oriental pela falta de reformas importantes na região. As medidas passam pelo estabelecimento de novos mecanismos regionais e bilaterais, assim como pelos movimentos que institucionalizam as negociações formais da União Europeia com as ONG'S locais (Shapovalova & Youngs, 2012, p.6).

O Acordo de Associação entre a Ucrânia e a UE, previamente à sua assinatura, continha um capítulo dedicado à cooperação para o desenvolvimento da sociedade civil. O texto relativo ao Acordo incluía a criação de uma plataforma bilateral de sociedade civil de forma a controlar a implementação do respetivo Acordo, que consequentemente proporcionava a possível troca de ideias e interações com e entre as instituições criadas pelo Acordo:

- ☐ Conselho de Associação UE-Ucrânia;
- ☐ Comité de Associação;
- ☐ Comité Parlamentar de Associação;
- ☐ Comité Económico e Social Europeu (Shapovalova & Youngs, 2012, p.11).

Como mencionado anteriormente, a Rússia é o país que fez com que os principais líderes europeus temessem algum tipo de relação com a Ucrânia. Seria evidente a divisão diplomática da Ucrânia entre a União Europeia e a Rússia. Desta forma é essencial analisar a perspetiva diplomática de ambos os influenciadores da Ucrânia.

A Rússia e a UE – respetivamente os seus estados-membros – são a nível económico extremamente interdependentes, ou seja, dependem entre si, uma vez que a Rússia é o terceiro maior parceiro comercial da UE. Vários estados-membros da UE têm um comércio bilateral significativo com a Rússia, como por exemplo a Holanda, a Alemanha e Itália. Também a dependência energética da União Europeia da Rússia é significativa, traduzindo-se na importação de gás natural da comunidade europeia, tendo em consideração que pelo menos seis estados-membros – como a Bulgária, a Estónia, a Finlândia, a Eslováquia, a Letónia e a Lituânia – dependem da energia russa na totalidade, isto é, é o único fornecedor externo. A dependência energética recai igualmente sobre o petróleo. Tal com a UE tem um Acordo de Parceria e Cooperação com a Ucrânia, também o tinha com a Rússia (EUR-Lex, 2023), sendo este a base das suas relações económicas e políticas. Após a dissolução da União Soviética, as relações entre a Rússia e a UE tomaram o rumo inconveniente como reflexo da crise que ocorria na Ucrânia em 2013 e da revolução que estava prestes a despoletar. Havia, de facto, grandes

divergências políticas e económicas entre a UE e a Rússia acartando o facto da Ucrânia se encontrar politicamente fragilizada e auxiliada pela comunidade europeia (House of Lords, 2015, pp.12, 14, 15 e 17).

Desta forma, a Ucrânia fez-se valer dos países vizinhos através dos laços e raízes culturais, económicos e históricos que partilha com os mesmos, ponderando que existem pontos-chave da preocupação russa para com os países com o mesmo historial da Ucrânia, tais como:

- Segurança a nível militar;
- Perturbações e hostilidades no que diz respeito à consolidação do regime interno;
- Proteção e preservação da língua russa e respetiva etnia;
- E por fim o estabelecimento de uma União Eurasiática (House of Lords, 2015, pp.34 e 35).

Segundo o documento oficial da House of Lords, a melhor solução num contexto de diplomacia ucraniana passava pelo apoio do ocidente, pela não adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e pela inexistência de um Acordo de Associação com a União Europeia. Henry Kissinger – ex-secretário dos EUA – afirmou que “o melhor resultado para a Ucrânia seria tornar-se numa ponte entre o leste e o oeste” (The New York Times, 2023). É de realçar que para a Rússia, a Ucrânia tinha uma maior importância económica e estratégica do que outros países vizinhos como a Geórgia ou a Moldávia. Por esse mesmo motivo algumas causas do declínio da relação bilateral UE-Rússia deveram-se à Ucrânia, que revela uma maior aproximação à União Europeia (House of Lords, 2015, pp.38, 40 e 53).

1.1.2. 1ª Revolução e o Apoio de Bruxelas

No mesmo ano em que adeririam à UE países de Leste, 2004, que fazem fronteira com a Ucrânia – como por exemplo a Eslováquia, a Hungria e a Polónia (Comissão Europeia, 2022) – ocorreu a 1ª Revolução ucraniana ou a ‘Revolução Laranja’, concretamente a 21 de Novembro de 2004. A revolução foi despoletada devido à martirizante campanha e a consequente noite eleitoral alusiva ao cargo de primeiro-ministro ucraniano entre os seguintes candidatos, Viktor Yanukovych e Viktor Yushchenko, sendo que, caso Yushchenko vencesse as eleições, seria o seu segundo mandato desde a sua governação de 1991 a 2001. O problema e dilema que ditaram o conflito foi aparentemente os indícios de ter havido uma fraude, com células de voto falsas

imprimidas na Rússia a favor de Yanukovych que lhe concederam ‘ilegalmente’ cerca de mais de 1 milhão de votos do que seria esperado, uma vez que a contagem final numa primeira ronda contava que a sua equipa estivesse a perder para a de Yushchenko. O motivo de toda a confusão eleitoral esteve na Comissão Eleitoral Central da Ucrânia (CECU) fundada pelo Conselho Supremo ucraniano que concedeu, à equipa de Yanukovych, a “Zoriany Team” – derivado do cinema Zoriany que se encontrava num local onde tinha acesso direto ao sistema de computadores que processava os dados e resultados – *passwords* da base de dados da CECU, para que os próprios contassem os votos em vez do órgão responsável pela mesma. E apesar da consultora-chefe da administração de Leonid Kuchma – presidente da Ucrânia à época – Liudmila Hrebenuk, ter ajudado a fazer a contagem dos votos num dos sistemas, foi para surpresa dos responsáveis que mais tarde – uma hora depois das urnas eleitorais fecharem – fossem reivindicados, os referidos, mais de 1 milhão de votos, sendo que alguns votos foram também destruídos pela Zoriany Team. Por conseguinte Viktor Yanukovych foi considerado o vencedor e o novo primeiro-ministro da Ucrânia, contudo a CECU acabou com a sua imagem ‘manchada’. A sua vitória não seria um acaso, visto que seis meses antes do dia de voto, aquando as campanhas eleitorais de cada candidato o esforço e o empenho para que Yanukovych ganhasse já teria começado e ao mesmo tempo aconteceria uma diligência para desviar as atenções do candidato que seria preferido pela população ucraniana, através de distorção da sua imagem pública (Wilson, 2005, pp.1, 2 e 3).

No início da madrugada de 22 de Novembro – dia seguinte às eleições – enquanto a Zoriany Team terminava o seu golpe “Kiev estava de facto a ‘subir’ em revolta”, na medida em que dezenas de milhares de protestantes dirigiram-se até à praça principal de Kiev – Praça da Independência – num ato e símbolo de evidente oposição sabendo, segundo fontes independentes, que os resultados das eleições teriam sido alvo de fraude e falsificação (Wilson, 2005, p.4). A expressão ostentada pela multidão era clara – “Juntos, somos muitos! Não podemos ser derrotados!” – e onde a cor predominante e representante da campanha eleitoral de Yushchenko era o laranja, cor essa que era transportada e contemplada nas bandeiras e na indumentária. Os dezassete dias de grande manifestação e protesto foram marcados essencialmente pelo seu registo não violento, mas foram os dias suficientes para que os expetadores ucranianos e internacionais, que testemunharam o acontecimento ficassem com ilustração de um país com regras e recursos direcionados à corrupção (Karatnycky, 2005, pp.35 e 36).

Perante este inesquecível marco na história da Ucrânia, é essencial que haja um enquadramento da distinção política de cada candidato, pois é neste sentido que existe uma conexão com a União Europeia, mais especificamente no que toca aos seus partidos políticos.

No que concerne a vida política de Viktor Yanukovych, esteve diretamente relacionada com o Partido das Regiões, um dos mais distintos e reconhecidos partido político ucraniano que tinha como princípios as políticas antiocidentais, o ceticismo em relação à União Europeia e a admiração pela Rússia e a respetiva ideologia comunista – neossovietismo. Foi através da influência que o partido tinha na altura das eleições que foi lançada pelo mesmo um financiamento antiocidental de modo a prejudicar a oposição e prevenir que chegassem ao poder. Quando se tornou oficialmente primeiro-ministro Yanukovych acreditava que o Ocidente teria conspirado contra a sua campanha e a sua figura como político, assim como que o presidente Kuchma o teria traído. Tendo em consideração o historial do poder comunista na Ucrânia e na antiga URSS, era preocupante para a oposição a relação caracterizada como próxima entre o Partido das Regiões e o Partido Comunista Ucraniano. Para além do mais, este era o partido político ucraniano associado pelo público a oligarcas e à corrupção existente. Em contraste com o que ocorrera com Kuchma na luta para a independência do país e que conseguiu igualmente derrotar o líder do Partido Comunista Ucraniano – Petro Symonenko – nas eleições de 1999, Yanukovych e o Partido das Regiões usaram e abusaram da cultura política para alcançar o apoio político no parlamento e por conseguinte os votos nas eleições. Os EUA e a UE como dois grandes influenciadores da sociedade civil ucraniana, das ONG's e media independente, tinham a tendência para criticar as políticas autoritárias do regime comunista que subia ao poder no país de Leste. Assim sendo, os apoiantes do regime entenderam que o financiamento externo realizado supostamente seria para apoiar a oposição, atribuindo mais um motivo para que Kuchma e Yanukovych – governantes que partilharam valores políticos semelhantes – sentissem ainda um maior afastamento do ocidente (Kuzio, 2011, pp.222, 223 e 224).

Não obstante, Donetsk e a Crimeia obtiveram as maiores taxas de votos nulos e os eleitores do Partido das Regiões estiveram exclusivamente dispostos a votar negativamente com um terço de seus apoiantes com o intuito de votar no seu respetivo candidato e/ou partido, enquanto que outro terço vota contra o partido e/ou candidato da oposição, tal como Yushchenko e nossa Ucrânia. Deste modo e como será analisado de seguida – respetivamente o partido Nossa Ucrânia de Yushchenko – foi retratado como '*Nashist*', uma forma de confundir

e manipular os eleitores fazendo a comparação do partido como 'Nazis'. O objetivo estratégico desta campanha foi a redução da sua popularidade e por sua vez o distanciamento do ocidente, particularmente da União Europeia (Kuzio, 2011, pp.227).

Em 2005, Viktor Yushchenko anunciou a criação de um novo partido, o que seria a *Nossa Ucrânia* que mostrava ter uma série de características que não favoreciam a sua institucionalização como um partido sensato. Por um lado, o partido baseava-se no movimento social em vez de se concentrar na formação de um partido com uma estrutura interna coerente. Por outro estava assente uma componente vaga e preocupante num compromisso para com a democracia, com a oposição a um regime autoritário cessante e ainda a um compromisso com a rota europeia. O conjunto dos deveres nomeados anteriormente fazem parte de uma herança ideológica que não era completamente convincente e que acima de tudo podia ter encaminhado a Ucrânia na trajetória da União Europeia, porém aconteceu o contrário (Emerson, 2005, p.158).

Apesar desta conjuntura, “Yushchenko era a grande esperança das pessoas comuns na política da Ucrânia: ele tinha uma imagem limpa e honesta e também era admirado pelo Ocidente”. Viktor Yushchenko foi o primeiro verdadeiro político que desafiou o governo ucraniano, ainda para mais surgindo este dentro do próprio sistema. À vista deste facto, o próprio conhecia bem os pontos fortes e pontos fracos do governo e a gestão do país até ao respetivo período, fazendo do mesmo o excelente candidato da oposição capaz de derrotar o sistema que se tornara decomposto. Ao anunciar formalmente a sua candidatura à presidência, Yushchenko trouxe esperança a milhões de ucranianos que desejavam mudanças no governo desde a independência do país. Com o apoio de Yulia Tymoshenko, o candidato conseguiu projetar-se bem e na liderança, com mais de 30% dos votos (Abrams, 2007, pp.66, 67 e 68).

Já pela altura da pré-primeira revolução ucraniana, o presidente russo, Vladimir Putin, decidiu envolver-se nos domínios políticos e eleitorais do país a favor de Yanukovych. Putin realizou várias e importantes visitas à Ucrânia com o objetivo de impedir que Yushchenko fosse eleito, reflexo do desespero russo. Yushchenko prometeu essencialmente afastar de forma notável a Ucrânia de toda a influência russa e aproximá-la da Europa e dos Estados Unidos da América. Os russos tentaram ainda assustar os eleitores e pintar uma imagem de Yushchenko como um nacionalista ucraniano extremista, algo que não correspondia à verdade uma vez que este estava a concorrer à presidência por todos os ucranianos, não apenas pelo oeste ucraniano (Abrams, 2007, p.71). Mais uma forma de impedir Viktor Yushchenko de ganhar as eleições foi a tentativa de assassinato, a 5 de setembro de 2004, após um jantar secreto com o chefe do

SBU (Serviço de Segurança Ucrâniano), ao qual Viktor compareceu numa tentativa de persuasão do SBU a seguir a constituição no que tocasse às eleições presidenciais. Após o jantar o candidato sentiu-se mal e foi diagnosticado com uma intoxicação alimentar através de veneno, sofrendo de “exaustão, dor extrema e inchaço”. A gravidade da situação foi consciencializada também pelo próprio povo ucraniano visto que tinham a noção que o seu “governo era perfeitamente capaz de tentar matar Viktor Yushchenko ou qualquer outra pessoa, se isso fosse necessário para eles vencerem uma eleição” (Abrams, 2007, pp.75, 76 e 78).

De reforçar que, durante 2005 e 2009, o partido de Viktor Yushchenko – Nossa Ucrânia – e o partido de Yulia Tymoshenko – Pátria – apesar de competirem entre si para obterem e conquistarem certas regiões do país, eram os mesmos que tinham laços mais fortes com o ocidente, notadamente com as capitais da UE e com Washington (Abrams, 2007, p.66).

Desde a década de 1990 até ao início do século XXI, o governo ucraniano mantinha-se sobre uma fachada democrática – considerada liberal – com distribuição do poder e recursos controlados por oligarcas – elites e/ou grupos exclusivos e ricos que detinham influência sobre o governo. Como tal, a tensão originada pela mal distribuição do poder resultou no episódio anteriormente descrito, que por sua vez originou um ciclo na história política da Ucrânia. Este ciclo é caracterizado pelo período após a ocorrência de um conflito deste tipo, em que o governo desenvolve e coloca em prática um conjunto de reformas democráticas suportadas por uma democracia totalmente simulada e autoritária, resultando uma vez mais em protestos cívicos e numa eventual mudança de regime (Minakov & Rojansky, 2018, p.1).

No rescaldo da Revolução Laranja a Ucrânia deu os seus primeiros passos para estruturar a democracia com questões constitucionais a serem discutidas. Introduziram-se intensas e complexas transformações no ambiente e conjuntura institucional, que afetaram o sistema eleitoral e o equilíbrio entre os poderes parlamentar e presidencial. Contudo estas mudanças impostas pelas elites foram questionadas e a sua legitimidade foi colocada em causa pelo governo do pós-Revolução Laranja, que por sua vez tentaram resolver e remediar as questões cruciais. De referir que a sucesso e/ou fracasso da grande e esperada mudança democrática passará pelo abandono das elites políticas do governo ucraniano. Posteriormente à revolução o partido de coligação de Yushchenko devia ter feito esforços para além de uma coligação vencedora de votos. Este devia ter estabelecido as bases de um partido de centro-direita para que a democracia ficasse bem assente e sem riscos de combalir (Emerson, 2005, p.154).

Para ultrapassar o regime anterior e não repetir o ciclo – provido de intenções corruptas – seriam necessárias duas estratégias, nomeadamente a consolidação dos partidos políticos, cortando por completo a sua dependência de uma relação ilegítima com o Estado e desta forma fortalecer a sua relação com os eleitores através de um apelo objetivo e prático. Seria esta a forma mais democrática de controlo do poder político. A segunda estratégia consiste no comprometimento por parte dos líderes políticos para deter coerência ideológica como critério primordial quando pretendem construir um partido (Emerson, 2005, p.158).

Desde 1991, a Ucrânia tem o apoio da União Europeia, como manifestado no Acordo de Associação de 1994 ou na Política Europeia de Vizinhança – a segunda será analisada no capítulo seguinte – tanto que na resolução da Revolução Laranja, o antigo Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia, Javier Solana auxiliou a determinante negociação pacífica colocando um fim aos protestos, todavia o impacto que a UE teria no referido país de Leste era limitado (Chromiec & Koenig, 2015, p.3).

A Ucrânia, em 2005, era considerada um país semidemocrático da vizinhança europeia que estava limitada por uma ordem política constituída pelos ‘partidos de poder’. As elites sustentavam o respetivo regime sem enfrentar grandes desafios internos. Como oposto a essa política encontravam-se as democracias ocidentais, principalmente europeias. Perante este dilema o processo de aproximação, entre ambos os atores da temática em causa, foi dificultado e trabalhoso (Emerson, 2005, pp.165 e 166).

1.1.3. 2º Revolução e a Confirmação do Apoio Europeu

Durante vinte e três anos, o governo ucraniano esteve empenhado na reforma e na modernização do país, de forma a construir uma base económica assente em princípios que não fossem influenciados pela Rússia. Contudo assistiu-se a muitos fracassos e obstáculos, desde a Independência da Ucrânia em 1991, passando pela privatização de certas entidades na primeira metade da década de 90, nomeadamente devido à crescente corrupção no país. Durante o referido período ocorreram uma variedade de estratégias políticas e judiciais – com o conhecimento do governo – por parte de um grupo de empresários, em vez de apostarem no desenvolvimento sustentável da economia. Desta forma “a noção de ‘reformas’ tornou-se sinónimo de novas formas de saquear o orçamento, dismantelar o Estado de direito e camuflar a corrupção”. A esperança depositada na Revolução Laranja de 2004 teria posteriormente

combatido em função da falta de competência e das dificuldades internas enfrentadas pelo governo, que como consequência resultaram na ascensão ao poder de Viktor Yanukovich como presidente no ano de 2010. O programa que a coligação de Yanukovich tinha preparado era voltado para a estabilidade e reforma abrangeu outro rumo, direcionado para o desmoronamento da liberdade que a democracia proporcionava e para a corrupção, que reverteu-se numa despesa até 100 mil milhões de dólares. Foram estas ocorrências que proporcionaram o início do desagrado demonstrado pelos manifestantes pró-europeísmo de Maidan (Chromiec & Koenig, 2015, p.3).

Em 2010, e ainda a propósito do domínio da corrupção no país, Yanukovich submeteu o controlo do tribunal constitucional da Ucrânia à forte influência da informalidade e da realização de atos ilícitos e omitidos da esfera pública. Estas condições fizeram com que as mudanças impostas na Constituição de 2004 fossem alteradas e até mesmo desprezadas (Minakov & Rojansky, 2018, p.2). Assim sendo, a datar de Agosto de 2013, a Rússia estabeleceu uma política de diplomacia económica repressiva indicada para redefinir as teorias e os cálculos políticos do presidente Yanukovich no sentido em que a Rússia iniciara a “guerra comercial de agosto com a Ucrânia, tentando forçar o ex-presidente Yanukovich a rejeitar o Acordo de Associação com Bruxelas” segundo a Dra. Lilia Shevtsova – presidente do Programa de Políticas Domésticas Russas e Instituições Políticas no Carnegie Moscow Center. A Ucrânia começou a ceder quando, a Setembro do mesmo ano, o Presidente indicou que seria difícil para o respetivo assinar o AA (House of Lords, 2015, p.54). É possível entender que o objetivo da perspetiva russa seria eximir a Ucrânia de qualquer aproximação ou integração europeia. Ao tomar conhecimento da perceção da Rússia em relação ao respetivo acordo, a União Europeia tomou a decisão de avançar com o AA. Para além desta deliberação, a Comissão Europeia deu início um procedimento com a Rússia com a finalidade de analisar os efeitos económicos do Acordo de Associação. A partir desse momento a UE esteve aberta a debater e discutir com a Rússia as suas principais preocupações, das quais a potência mundial afastou-se e as conversações mal foram iniciadas (House of Lords, 2015, p.55).

Apesar da revolução ter tido oficialmente seis dias oficiais de decorrência, esta começou com ‘pequenos e introdutórios’ protestos a 21 de Novembro de 2013, desencadeados pelo anúncio da não assinatura do acordo de associação e de comércio livre com a UE. No dia seguinte esses mesmos protestos converteram-se em ‘grandes e intensas’ manifestações que prolongaram-se até dia 1 de Dezembro – aquando o espancamento de estudantes e jornalistas

por parte das forças militares de Berkut, aumentando o contexto de violências – em que torna-se numa mobilização de massas – mais especificamente de coligações e maiorias pró-europeístas nas grandes cidades da Ucrânia, tendo a duração de aproximadamente de três meses. A 16 de Janeiro do ano seguinte foi anunciada a lei anti protesto pela Verkhovna Rada que terminou a 19 de Janeiro. Posteriormente à saída da referida lei, o Estado aumentou a sua forma de repressão para com o povo revoltoso, recrutando o exército e forças especiais que, após o uso munições vivas, resultaram em quatro mortes (Onuch, 2014, p.6).

A 2ª Revolução ucraniana, designada de *Revolução de Maidan* ou Revolução da Dignidade, deu-se a 18 de Fevereiro de 2014 e prolongou-se até dia 23 do mesmo mês. O cenário mudou substancialmente com o aumento abrupto da radicalização, politização, violência e da brutalidade e a partir do momento em que vidas humanas começaram a ser perdidas Viktor Yanukovich passou a perder a sua credibilidade como chefe de Estado da Ucrânia pois não salvaguardava os princípios da paz nem da ordem. Fundamentalmente, no dia 18, o regime de apoio à ideologia russa começou por empreender a desobstrução de Maidan numa operação militar que era constituída por atiradores que empregavam munições vivas (Scheide & Schmid, 2014, p.3). Resultaram da respetiva operação militar vinte mortos e centenas de feridos, sendo que no dia 20 de Fevereiro a violência aumentou significativamente em Kiev, “com a polícia e as forças de segurança do governo a disparar contra a multidão de manifestantes. dezenas foram mortos, centenas ficaram feridos e os líderes da UE cumpriram a sua promessa de decretar sanções contra a Ucrânia”. Finalmente, a 21 de Fevereiro a União Europeia mediou um acordo entre Viktor Yanukovich e os líderes da oposição que reivindicava as eleições antecipadas tal como a formação de um governo interino. A resposta do parlamento reverteu-se na aprovação de forma esmagadora e assertiva a restauração da Constituição de 2004. Mais tarde, no dia 24, o relativo governo interino declarou que Yanukovich seria acusado de assassinato em massa – pelas 102 mortes de manifestantes de Maidan – emitindo um mandado de prisão contra o mesmo. (Britannica, 2022).

A grande vontade do povo ucraniano era de viver num país europeu, com base nos valores democráticos e na liberdade, queriam estar em contacto e juntar-se com o mundo moderno que se desenvolvia fora das fronteiras ucranianas, sendo que a UE seria uma forma do país crescer e desenvolver. Não obstante, todos os meios legais utilizados para fazer pressão e causar tensão no governo e sobre o Presidente Yanukovich teriam sido esgotados e enfraquecidos conduzindo os protestos a um impasse. Uma decorrência positiva da Revolução

de Euromaidan é indubitavelmente o significativo envolvimento político de amplas partes da sociedade, sendo que o cenário mediático tornou-se igualmente mais diversificado assim como os meios de comunicação social online expandiram-se consideravelmente. Teoricamente os protestantes defendiam que “o acordo de associação com a UE deve ser assinado em Vilnius” (Scheide & Schmid, 2014, p.3 e 5).

Maidan resultou essencialmente do facto de Yanukovych não ter assinado o acordo de associação com a União Europeia, e segundo o que os autores relatam o presidente regressou de Vilnius – capital da Lituânia – de muito mau humor e irritado pelo que o mesmo terá considerado que diversos chefes de Estado da UE alegadamente rebaixaram-no. (Scheide & Schmid, 2014, p.6). Esta reação do chefe de Estado da Ucrânia revelou que a suposta aproximação à UE não estaria a tomar o rumo certo e que o povo tanto desejava.

Os autores Stepanenko e Pylynskyi resumem e retratam a revolução através de uma lente política assente no conflito entre duas ideologias, a pró-europeísmo e a pró-sovietismo – “esta luta tem sido uma luta por níveis mais elevados de consciência. Não são disputas tribais sem sentido, mas uma batalha de sentidos” (Stepanenko & Pylynskyi, 2015, p.250).

No começo do ano de 2014 ninguém conseguiria prognosticar a infame devastação que marcou a história da Ucrânia nem a fuga do ex-presidente Yanukovych – a 21 de Fevereiro – assim como a destruição completa do Partido das Regiões, e o célere colapso da sua máquina estatal severa e autoritária posteriormente, a adesão da Crimeia à Federação Russa, a eleição pré-eleitoral do novo presidente Petro Poroshenko numa única volta eleitoral – que aconteceu pela primeira vez na história política do país – o separatismo radical entre duas concepções de como o país devia seguir em frente e seguidamente a guerra que se seguiu –designada oficialmente de "operação antiterrorista" – sobre os habitantes de Donbass, e as repercussões socioeconómicas e financeiras da inquietante reviravolta geopolítica do país para a Europa (Stepanenko & Pylynskyi, 2015, p.29).

A vaga de protestos de Maidan resultou no desmantelamento dos monumentos de Lenine em todo o país bem como campanhas regionais diretas, bloqueios de estradas e aquisições de edifícios governamentais de leste e sul do país, abrangendo a capital Kiev, que foi somente a conduta mais elementar adotada pelos manifestantes. Em contrapartida e de forma mais simbólica e emblemática seria o difícil e complexo processo de desinstitucionalização de toda a herança relacionada com a atmosfera soviética e comunista. Assim como o acréscimo de reconduzir mentalidades e atitudes da população seria igualmente uma tarefa mais trabalhosa.

A Revolução de Maidan e as suas consequências evidenciaram experiências desafiantes na construção de novas instituições, leis, regras e valores que teriam uma trajetória de base ocidental e não focada nas ideias soviéticas – mais especificamente “democráticas, europeias, baseadas no Estado de direito, respeitando os direitos individuais e a dignidade humana, apelando à justiça humana” (Stepanenko & Pylynskyi, 2015, p.30).

Após a Revolução de Maidan, a Verkhovna Rada restabeleceu uma vez mais a importante e significativa Constituição de 2004 e os seus valores, sendo que a VR voltou a deter maior autoridade (Minakov & Rojansky, 2018, p.3). Também a população da Ucrânia e os espetadores internacionais esperavam que desta vez ocorresse uma mudança significativa no governo (Chromiec & Koenig, 2015, p.3).

A prova de que a mudança não teve o efeito desejado, mais uma vez, foi o marcante episódio histórico da Anexação da Crimeia por parte da Federação Russa, com a assinatura de um tratado a 18 de Março de 2014, e mais tarde a intervenção militar no Leste da Ucrânia que revelou ser uma ameaça perceptível para a segurança europeia, sendo que foi feito um pedido de apoio à União Europeia para reatribuir o território e promover a integridade da Ucrânia e os esforços aplicados na construção da paz e no equilíbrio diplomático. (Rabinovych, 2016, p.12).

De realçar que, perante este episódio histórico, a grande mudança constituiu essencialmente na pressão da sociedade civil, nas “nove vozes” da Verkhovna Rada e nos atores externos como a União Europeia uma vez que Kiev lançou um programa de reformas de descentralização. Não obstante, continuava a haver uma grande rivalidade e oposição entre instituições públicas e grupos político-financeiros, isto é, os oligarcas. Os oligarcas lutaram pelo controle do governo, do parlamento e dos monopólios estatais, daí que o ex-presidente Yanukovych ter sido o “árbitro” entre as elites e outros grupos. No fim deste processo, quem saísse vitorioso ganhava o controle da administração presidencial criando desta forma um governo paralelo (Minakov & Rojansky, 2018, p.3).

Ainda que em clima de guerra, crise política e económica, a população ucraniana continua a valorizar os ideais democráticos e de soberania estatal defendidos pela sociedade civil desde o Euromaidan. Certos observadores internacionais consideram que o país é “parcialmente livre” visto que nem todos os ucranianos dispõem de liberdades políticas ou direitos civis. Por esse motivo é importante realçar o papel da União Europeia no apoio do equilíbrio democrático e na defesa de valores aplicados de igual forma (Minakov & Rojansky, 2018, p.9).

No que toca às influências externas na Ucrânia e após ambas as revoluções, o país continua dividido entre dois domínios geopolíticos inteiramente opostos:

- ☐ Integração europeia;
- ☐ Reintegração eurasiânica.

A Ucrânia acabou por desenvolver uma postura de política externa direcionada para ambos os lados num contexto de diplomacia mundial. No entanto e com o passar dos anos, cada governo ucraniano adotou uma estratégia diferente, consoante o ambiente político em que se encontrava. De facto, a influência ocidental na política da Ucrânia aumentou significativamente desde 2014 (Minakov & Rojansky, 2018, p.11).

1.2. Análise ao período entre 2014 – 2021

Posteriormente à Revolução de Maidan, foram desenvolvidas as relações entre a Ucrânia e a União Europeia na medida em que ocorreu a aplicação provisória do Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado (ZCLAA), a 1 de Janeiro de 2016, sobre o qual ambas as partes tiveram de abrir os seus mercados para a troca de bens baseado em regras comerciais previsíveis e executáveis. No mesmo ano a Ucrânia era um dos líderes do programa da Parceria Oriental (PO) com a EU, sendo que a UE empregou uma variedade de instrumentos jurídicos para promover valores democráticos elementares na Ucrânia. Neste domínio, é fundamental sublinhar que o Acordo de Associação entre a UE e Ucrânia era, em 2016, o mais ambicioso com um terceiro Estado, ainda que não tenha havido a adesão do país de Leste. Em 2016 decorreu juntamente o processo de reforma interna na Ucrânia, que foi acompanhado e assinalado pela abrangência a que foi sujeito – Conselho Nacional de Reformas da Ucrânia 2016 – onde ocorreu um envolvimento importante dos atores da sociedade civil e dos doadores internacionais, de tal forma que a UE aproveitou o acontecimento para promover novamente a democracia no país (Rabinovych, 2016, p.12).

No empenho europeu colocado para a aplicação da democracia na Ucrânia foram utilizados vários princípios, sendo que o ênfase principal foi uma ‘democracia incorporada’, baseada num conjunto de boa governação e de estabilidade. Como ‘democracia incorporada’ entendem-se vários elementos base como o regime eleitoral, os direitos políticos, os direitos civis, a responsabilidade horizontal de poderes, o poder efetivo para governar os funcionários eleitos, a incorporação interna, o contexto socioeconómico, o funcionamento da sociedade civil,

a integração internacional e regional e por fim a incorporação externa. Os meios utilizados para realizar a respetiva consistiram no Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos e no Instrumento de Vizinhança Europeu (INE) onde foi promovida a Cooperação Transfronteiriça (CT) com o objetivo de investir numa governação democrática e no Estado de direito (Rabinovych, 2016, pp. 10, 13 e 14).

De referir que o INE é um projeto europeu que tinha essencialmente como propósito “desenvolver a educação e apoiar a investigação e inovação ao nível da área do Programa, facilitando a cooperação a nível local, regional e central” (Interreg Europe, 2022).

De forma a entender em específico a evolução do desenvolvimento da democracia na Ucrânia é necessário analisar os seguintes dados (ter em consideração que os dados têm como base uma avaliação da democracia numa escala de 1 a 7, sendo 1 o melhor e 7 o pior):

- Em 2010, a organização americana Freedom House classificou a Ucrânia como uma democracia “livre”. A pontuação de democracia do Nations in Transit (NIT) foi de 4,39, devido à instabilidade das instituições democráticas, do frágil e ineficiente sistema de governação, do incumprimento das normas democráticas, da insuficiência do financiamento do sistema judicial, da grande taxa de corrupção - os órgãos oficiais e mais importantes do governo carecem de transparência e o governo não estava disposto a combater a corrupção;
- Em 2012 o grau de democracia crescia para 4,86, avaliando-se agora a Ucrânia apenas como “parcialmente livre”, dado que a corrupção era crescente e as procurações públicas não eram transparentes;
- Em 2014, a organização americana elevou a pontuação de democracia no país de Leste de 4,93. Porém, avaliar o grau de democracia nesse mesmo ano é difícil devido às reformas implementadas e o impacto democrático por analisar. De realçar que em 2014 decorreu a Revolução de Maidan, que teve um grande impacto, e o combate à corrupção continuou a ser um grande desafio. Após os acontecimentos em Maidan, a UE reforçou drasticamente o seu apoio (financeiro) à sociedade civil e enfatizou a necessidade urgente de reformas democráticas (Kikwizki, 2015, pp.14, 17):

"A UE tornou-se um ator muito mais forte no processo de democratização, porque a opção pelo caminho europeu tornou-se indispensável para as elites políticas. A exigência da sociedade pela assinatura do acordo que trouxesse mudanças não só econômicas, mas também políticas, e que estivesse vinculado às necessárias reformas democráticas, fez com que o novo governo aceitasse as condições exigidas no acordo." (Kikwitzki, 2015, p. 20);

- Em 2021, a democracia ucraniana foi avaliada com 3,36 em virtude das sanções aplicadas a jornalistas e meios de comunicação nacionais por motivos de segurança nacional, entre outros. Este valor demonstra que desde 2014 a pontuação da democracia no país tem vindo a melhorar (Freedom House, 2023).

No contexto da anexação da Crimeia pela Federação Russa ocorreu, no final de Fevereiro de 2014, a invasão de prédios importantes na capital da Crimeia, Simferopol, por parte de separatistas pró-russos e de homens armados não identificados que usavam uniformes de combate e que nesse período surgiram fora dos principais aeroportos da Crimeia. No dia 16 de Março, a Crimeia votou a favor da separação através de um referendo e no dia seguinte o parlamento da Crimeia anunciou formalmente a independência e apelou pela adesão da Federação Russa. A 18 de março, o presidente russo, Putin, assinou um projeto de lei que compreendia e integrava a península na Federação. A anexação da Crimeia tem como propósito a sua importância estratégica e crítica para a Rússia, devido ao acesso que possui à base naval de Sebastopol à Frota Russa do Mar Negro. Foi perceptível o apoio público significativo da Rússia na anexação da região, especialmente pelo presidente Putin (House of Lords, 2015, pp.58 e 60).

Dos eventos que ocorreram no âmbito da invasão russa à Ucrânia, mencionados anteriormente, é possível denotar que existem dois elementos, por um lado preocupante e por outro notável:

- A falta de supervisão política por parte dos órgãos competentes ucranianos e de espetadores internacionais;
- A natureza central e excecional da Ucrânia.

É, igualmente, necessário evidenciar o facto de a União Europeia ter subestimado fortemente a determinação e persistência dos russos para garantir que Viktor Yanukovych não assinaria o Acordo de Associação. À época acreditava-se que os governos da UE permaneciam indiferentes e/ou divididos no que diz respeito a compor uma estratégia comum e que

beneficiasse ambas as partes. A afirmação por parte da UE como resposta a essa versão foi defensiva – tratava-se de “inércia e não por uma análise precisa da situação” – assim como a UE “falhou em apresentar uma estratégia para a Ucrânia”. O apoio que se esperava de Bruxelas foi marcado por uma esfera de incoerência tendo em conta o papel que desempenha na política e dinâmica de diplomacia internacional mediante erros analíticos consideráveis, tendo ainda em conta que nesta esfera estavam incluídos não só funcionários de Bruxelas, tal como as respetivas embaixadas dos Estados Membros, ignorando os preocupantes sinais de alerta (House of Lords, 2015, pp.62 e 63).

Mais tarde, no verão de 2014, em plena crise na Ucrânia a resposta da UE, fundamentalmente do Conselho Europeu passou pelas "sanções de terceira fase", nas quais estão incluídas condicionantes e proibições em três domínios cruciais, tais como a nível financeiro, de produtos militares e de exportações de energia de alta tecnologia. O principal objetivo destas sanções foi o controle e retenção do apoio russo às forças separatistas na região leste da Ucrânia para moderar o conflito, bem como evitar a futura reincidência, de um cenário de confronto violento, em comparação com outros territórios do espaço pós-soviético (House of Lords, 2015, pp.67 e 68).

Outro reflexo do apoio da UE consistiu na união e denuncia dos eventos através da seguinte mensagem –

“A União Europeia continua empenhada em defender a soberania e a integridade territorial da Ucrânia. O Conselho Europeu não reconhece o referendo ilegal na Crimeia, que viola a Constituição ucraniana. Condena veementemente a anexação ilegal da Crimeia e Sebastopol à Federação Russa e não a reconhecerá” (House of Lords, 2015, p.74).

As repercussões económicas e financeiras do conflito fizeram com que a mesma ficasse debilitante, ao ponto de a Janeiro de 2015, o *The Economist* chegasse à conclusão que a forma da Ucrânia pagar as suas dívidas e as contas de importação de gás necessitaria de provavelmente de 20 bilhões de dólares para sobreviver em ao ano de 2015, com a ajuda da comunidade internacional a longo prazo. Este seria, aproximadamente, o preço a pagar de forma a que a Ucrânia fosse “independente, democrática e próspera” (House of Lords, 2015, p.76).

Na sequência do ocorrido na Revolução de Maidan, foi originado o conflito em Donbass, no qual separatistas, denominados de combatentes pró-russos, utilizaram a violência como o instrumento de forma a resolver problemas políticos assim como para eliminar oponentes políticos. Segundo o autor, o conflito em Donbass estabeleceu-se em três fases. A

primeira fase ocorreu entre 12 a 20 de Abril de 2014 e consistiu designadamente pela tomada armada do poder em várias cidades da região, nas quais os combatentes pró-russos formaram diferentes grupos de jovens criminosos, empresários e vigaristas, líderes de gangues e militares oficiais corruptos tal como elementos que serviram no exército soviético e/ou russo, considerando igualmente que a elite econômica e política da região de Donbass que criou o núcleo de apoio do Partido das Regiões estava integrada na região e não queria que a mesma fosse anexada à Rússia visto que traria consequências negativas para o partido ucraniano e a sua respetiva reputação e credibilidade perante o povo (Mitrokhin, 2015, pp.221, 222 e 223).

A segunda fase teve início no mês de Maio de 2014 e consistiu na recuperação por parte do exército ucraniano do respetivo colapso inicial e converteram o conflito agindo contra os combatentes pró-russos. Perante esta retaliação ficou claro que os apoiantes da invasão de Donbass não possuíam tanto apoio como pensavam na região e que a sua influência era relativamente menor do que os russos pretendiam estrategicamente. Foi também na segunda fase que na Rússia começaram a ser montadas e criadas estruturas que permitiam o recrutamento e transporte de soldados que tinham em vista lutar na Ucrânia em nome do “mundo russo”. Juntaram-se a esse mesmo grupo voluntários de carácter político. De realçar que este último conjunto de ‘soldados’ foi atraído pelos teores das conversas mantidas nas redes sociais à época (Mitrokhin, 2015, pp.231 e 233).

Apesar dos avanços iniciais na cidade de Donetsk, os russos não tiveram sucesso e tiveram que se retirar da região, sendo que os ucranianos concentraram-se nas rotas de transporte mais importantes para armas pesadas e munições dentro da região de Donbass. A 9 de agosto do mesmo ano, as unidades ucranianas interromperam a última grande rota de transporte em Donetsk. A terceira e última fase decorreu entre 7 a 14 de agosto, aquando o exército ucraniano pensava ter conseguido corromper as linhas de abastecimento dos pró-russos no final da primeira semana de agosto de 2014, contudo e infelizmente para a defesa ucraniana o cenário mudou radicalmente. De facto, o exército ucraniano não estava preparado para este tipo de ataque e invasão estratégica e planeada. Para além da perda de milhares de soldados de ambas as partes duas coisas são certas, este conflito trouxe benefícios políticos domésticos a Putin – bem como na Crimeia – como o aumento significativo da sua popularidade na Rússia, mas ainda mais importante o desvio da atenção da população de todos os problemas económicos, políticos e sociais pelo qual o país estava a passar. Assim sendo conseguiu com

que a população russa considerasse que o antigo país da União Soviética fosse composto por “fascistas ucranianos” (Mitrokhin, 2015, pp.241, 242 e 246).

Segundo o autor não existia até à data, um “poder superior” no âmbito do direito e da geopolítica internacional que pudesse facilmente arbitrar e por sua vez salvar a Ucrânia do cenário pelo qual estaria a passar. Deste modo, a região de Donbass na Ucrânia e a Europa teriam de gerir este confronto de forma rigorosa e enigmática, mediante negociações entre os principais atores para garantir ou pelo menos sustentar a futura segurança, estabilidade e prosperidade dos respetivos. Dois anos após a tomada da Crimeia e os contínuos combates em Donbass, o Leste da Ucrânia encontrava-se sob um “conflito congelado”, desígnio que se atribui – neste contexto – a um espaço pós-soviético ao qual não é encontrado nenhum mecanismo ou instrumento eficaz de resolução desta problemática a longo prazo – “*loop* aparentemente interminável”. Um dos resultados mais significantes deste cenário, foi a fuga da população mais instruída e capaz para a Europa (Rojansky, 2016, p.316). Daí que o conflito tenha persistido até 2022, isto é, uma rivalidade que persistiu durante um período no qual se esperava um desfecho ainda que os negociadores internacionais persistissem em cena.

A única formalidade usada ao longo deste tempo, para controlar de alguma forma o conflito, foram os Acordos de Minsk, mediados entre os separatistas ucranianos e russos, com a Rússia, a Alemanha e a França como salvaguardas do mesmo, ou seja, estados membros da União Europeia que detêm uma grande influência, na medida em que até os EUA procuraram destacar o processo de negociação conduzido pela Europa fazendo com que ficasse um clima diplomático insólito pelo facto de ser a UE a representar a posição Ocidental das negociações (Rojansky, 2016, pp.317 e 321).

1.3. O Precipício da Guerra (2022)

1.3.1. Antes da Guerra

Em 2019, no período pré-pandemia, Volodymyr Zelensky, concorreu à presidência com base num plano de anticorrupção e renovação, conquistando o poder com uma vitória esmagadora. Meses mais tarde, o seu partido – Servo do Povo – conseguiu garantir a primeira maioria absoluta no parlamento do país. Assim como os governos de Yushchenko e Poroshenko, também o próprio governo de Zelensky empreendeu uma firme agenda de

reformas que gradualmente acabou por se desvanecer, envolvendo-se desta forma em várias batalhas e escândalos políticos. Grande parte desta reviravolta foi a consequência da pandemia de Covid-19, que limitou o seu governo. Não obstante às respetivas limitações e restrições, o desempenho democrático na Ucrânia manteve uma trajetória linear e constante de melhoria prévia ao período crítico em 2022 (International IDEA, 2022, p.13).

A Janeiro de 2021, o Presidente Zelensky solicitou o pedido de adesão à OTAN, fazendo com que a Rússia reunisse as suas tropas na fronteira com a Ucrânia com o pretexto de que o seu exercício estaria em treinos. Por conseguinte, a tensão entre os países ocidentais aumentou resultando na invasão da Ucrânia pela Rússia. Efetivamente, a razão do ataque, defendida pela Rússia, passa pela defesa nacional do país por meio de exercícios militares, sistemas de armamento e acordos de segurança. Fundamentalmente o interesse da Ucrânia em aderir à OTAN é uma grande e complexa ameaça para a Rússia (Mbah & Wasum, 2022, pp.145 e 147).

1.3.2. A Guerra

A agressão russa à Ucrânia começou a 24 de Fevereiro de 2022 com a invasão da Ucrânia pela Rússia. É uma guerra que ainda decorre, até à realização da presente investigação. As repercussões que esta guerra terá recairão sobre vários primas, nomeadamente, a nível da reação e atuação dos atores internacionais, a nível dos danos políticos, materiais e das vidas perdidas e ainda no que toca ao desenvolvimento de uma nova ordem mundial sobre a alçada deste conflito, que apesar de ser entre dois países envolve e abrange toda uma dinâmica externa. Na medida em que a comunidade internacional assume e reconhece generosamente a necessidade e urgência no fornecimento de intervenção técnica e financeira significativa para a reconstrução da Ucrânia.

Inclusive, direcionado para os parceiros e/ou entidades internacionais que pretendam auxiliar a Ucrânia durante este período, os pontos base e essenciais são:

- ☐ “Todo o apoio deve ser prestado através de parcerias reais, em que os ucranianos são parceiros de condução ou iguais em todos os processos de tomada de decisão”;
- ☐ “A Ucrânia tem instituições democráticas robustas e uma tarefa fundamental é ajudar na sua preservação”;
- ☐ “Em algumas áreas, incluindo a realização da próxima eleição, é provável que o apoio internacional seja uma necessidade”;

- “A sociedade civil ucraniana, enquanto motor eficiente do progresso nacional em matéria de direitos humanos e outros domínios democráticos, deve participar na tomada de decisões, na especialização dos assuntos e nas questões relativas à prestação de serviços”.

O alicerce do país para superar a guerra é a sobrevivência da democracia ucraniana com a intervenção do apoio externo com vista a reconstruir a democracia e as suas instituições democráticas tendo em consideração que a Ucrânia conseguiu o Estatuto de Candidato à União Europeia. De realçar que desde 2014, a integração europeia tem sido uma força condutora para a reforma, e a Verkhovna Rada desenvolveu uma relação estreita com o Parlamento Europeu (International IDEA, 2022, p.23).

Apesar de até à data do respetivo documento, a Rússia e a Ucrânia não tivessem em negociações ativas para terminar a guerra, um fim negociado das hostilidades é uma possibilidade sempre presente em qualquer conflito armado com o objetivo de atingir um equilíbrio no domínio político mundial. A ideia de uma negociação e/ou acordo entre os protagonistas deste conflito deve ter como base as implicações constitucionais. O término da guerra pode ser considerado através de dois pontos de vista. Por um lado, a derrota inequívoca da Rússia ou por outro, um acordo de paz, exigindo desta forma a consideração de mudanças na Constituição da Ucrânia, incluindo o respeito por todos os requisitos e as restrições processuais estabelecidos pela Ucrânia. De qualquer das formas e independentemente do desfecho existem riscos e vantagens devem ser cuidadosamente ponderados de acordo com experiência. (International IDEA, 2022, p.23).

Uma vertente que deve ser bem ponderada por parte da Ucrânia serão as próximas eleições, pois quando estas ocorrerem será fundamental refletir a trajetória democrática do país. As eleições incluem fatores essenciais como por exemplo a votação de fora do país e de pessoas deslocadas internamente que por sua vez exigirá arranjos especiais de votação (SVA`s) a escala sem precedentes, bem como a proteção do ambiente cibernético e de informações da Ucrânia em torno das eleições que exigirá cooperação e interação entre várias agências e partes interessadas. É precisamente neste sentido que as assistências da comunidade internacional às eleições ucranianas devem procurar apoiar os pedidos das autoridades eleitorais de forma sustentável e com uma perspetiva de longo prazo. Conjuntamente e uma vez que é a base fundamental para qualquer democracia, é indispensável atender à defesa dos direitos humanos. Para além destes fatores mencionados, também a garantia do acesso à justiça, e a cooperação

internacional e o apoio institucional serão importantes para julgar com credibilidade todos os crimes de guerra e os crimes contra a humanidade, assim como equilibrar a proteção da liberdade de expressão. Um dos princípios fundamentais para a cooperação da comunidade internacional, nomeadamente da União Europeia – tendo em conta que é o tópico mais referenciado em toda a pesquisa – é a futura assistência significativa no domínio da dizimação da economia ucraniana, proteger os direitos trabalhistas existentes e garantir que a Ucrânia volte a ter a vida econômica do país como antes da guerra. Ainda assim a tarefa mais difícil será encarar todas as consequências da agressão, reconstruir a infraestrutura física e restaurar os serviços básicos (International IDEA, 2022, p.4).

“Observadores internacionais descreveram os últimos oito meses como uma reviravolta notável, mas muitos ucranianos são rápidos em apontar que nunca tiveram dúvidas. A invasão acelerou a integração europeia da Ucrânia”. O determinante facto de a Junho de 2022, a União Europeia ter concedido o status de candidato à Ucrânia, provocou a estimulação de um conjunto profundo de reformas, incluindo mecanismos-chave da democracia. E no que diz respeito à democracia, este não é somente um dos fundamentos do conflito em si, mas também a soberania. Porém é a sobrevivência da democracia na Ucrânia que poderá garantir a defesa territorial do país. O plano da Rússia no ataque à Ucrânia baseia-se essencialmente no sistema político, isto é, a democracia. Os valores democráticos no país de Leste representam o futuro seguro do país e ao mesmo tempo o difícil e distante alcance da Rússia ao território. Será também a democracia, que poderá conceder que o processo de reconstrução e recuperação da devastação causada pela invasão permita desenvolver-se. No domínio global democrático, mas principalmente europeu, caso ocorra, será a primeira vez que um processo institucional deste tipo revele resultados históricos, com base no poder que a democracia proporciona assim como o impacto que terá na comunidade de países democráticos. Na fase inicial da guerra, as negociações de paz abrangeram discussões acerca de temas que exigiriam reformas constitucionais, envolvendo a situação da Crimeia e do Donbass, considerando que o presidente Volodymyr Zelenskyy propôs a realização de um referendo com o objetivo de chegar a um acordo de paz. Com o avançar da guerra a Rússia avançou e escolheu realizar "referendos" ilegais, ilegítimos e internacionalmente condenados, fazendo com que a comunidade internacional, nomeadamente a Ucrânia, colocasse em perspetiva seriedade do governo russo na recuperação da paz (International IDEA, 2022, pp.4 e 5).

Contudo, a guerra está a resultar num desastre em grande escala, da qual, tragicamente, a população ucraniana sofre desde Fevereiro de 2022 à custa das dezenas de milhões de cidadãos que foram forçados a evacuar e a sair do seu próprio país, e milhares acabaram por morrer. Apesar desta vertente negativa e prejudicial, a resistência da Ucrânia em conjunto com a incompetência do exército russo e as sanções da comunidade internacional, notavelmente da UE, fez com que a invasão e o regime de Vladimir Putin descarrilassem (Gomza, 2022, p.23).

Relativamente ao investimento no projeto europeu da Ucrânia, este está a evoluir desde o começo da guerra, com o apoio de Bruxelas, com o principal objetivo de corromper com o projeto que Moscovo tinha como base para o Espaço Pós-Soviético (EPS). Como resultado é indispensável e urgente que a União Europeia reflita profundamente acerca das suas políticas externas na vizinhança oriental – que será analisado no próximo capítulo (Mbah & Wasum, 2022, p.147).

O apoio da UE durante o ano 2022 à Ucrânia tem sido vasto. Este passou pelas seguintes providências:

- Primeiro pacote de sanções contra a Rússia pela violação do direito internacional, pela integridade territorial e soberania da Ucrânia – 23 de Fevereiro;
- Os líderes do Parlamento Europeu manifestaram a sua solidariedade e apoio à Ucrânia e ao seu povo, sendo que a Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, e os líderes dos grupos políticos condenaram o ataque de forma impetuosa – 24 de Fevereiro;
- Segundo pacote de sanções contra a Rússia, incluindo contra o presidente Putin – 25 de Fevereiro;
- Terceiro pacote de sanções: proibição de aeronaves russas, incluindo a autorização para aterrar, descolar ou sobrevoar os seus territórios e de transações com o Banco Central Russo – 28 de Fevereiro;
- Parlamento Europeu pede sanções mais severas e intolerantes contra a Rússia – 1 de Março;
- Novas medidas dirigidas à Bielorrússia (que se envolveu no conflito) e à Rússia a nível financeiro – 9 de Março;
- Parlamento Europeu lança sítio web em cooperação com o Parlamento ucraniano – 10 de Março;
- Parlamento Europeu desbloqueia fundos para a ajuda aos refugiados – 24 de Março;

- Eurodeputados apelam a medidas para aumentar produção da UE: auxílio à escassez de bens na Ucrânia – 24 de Março;
- Eurodeputados pedem mais apoio para a Ucrânia e novas sanções contra a Rússia – 6 de Abril;
- Eurodeputados desbloqueiam 3,4 mil milhões de euros para atender às necessidades dos refugiados ucranianos – 7 de Abril;
- O pedido de adesão da Ucrânia à UE entrou em curso – 8 de Abril;
- Proteger as mulheres refugiadas da violência e da exploração sexual: resolução – 5 de Maio;
- Parlamento Europeu apoia os poderes adicionais de agência Europeia para a investigação de crimes de guerra: genocídio e crimes contra a humanidade – 19 de Maio;
- Começo do planeamento do compromisso a longo prazo para ajudar a Ucrânia – 30 de Maio;
- Presidente do Verkhovna Rada, Stefanchuk, dirige-se ao Parlamento Europeu e solicita apoio à candidatura à UE – 8 de Junho;
- Empréstimo de mil milhões de euros para ajudar a Ucrânia – 7 de Julho;
- Parlamento Europeu apela a aumento massivo da assistência militar à Ucrânia – 6 de Outubro;
- Eurodeputados adotam orçamento da UE 2023: Ucrânia, energia e recuperação – 23 de Novembro;
- UE adota 9.º pacote de sanções – 16 de Dezembro (Parlamento Europeu, 2023).

Tendo em conta a escala e importância deste conflito, é fundamental analisar o impacto que terá na comunidade europeia, especialmente na sua economia, uma vez que este facto pode ser um impeditivo à aproximação e consolidação das relações Ucrânia-UE. Consequentemente, os especialistas indicam que as nações europeias irão enfrentar “taxas de inflação mais elevadas e uma rutura da cadeia de abastecimento devido ao ataque da Rússia à Ucrânia em 2022”. De igual forma e de acordo com um relatório de 2022 do Conselho Europeu sobre as Relações Externas sugere que o ataque da Rússia à Ucrânia modificaria substancialmente a maneira como os europeus analisam e pensam sobre a sua segurança, e de acentuar que a maior parte da opinião pública debate esta conjuntura e retratam os governos europeus como divididos, fracos e ausentes. É necessário pesar na balança que a Rússia não é apenas o maior exportador mundial de gás natural e petróleo, mas também é o maior exportador destas mesmas mercadorias para a

Europa, e sendo assim a previsão do crescimento económico da UE é para abrandar e atenuar devido à subida dos preços da energia e da diminuição da confiança empresarial (Mbah & Wasum, 2022, pp.147 e 149).

1.3.3. Depois da Guerra

Aquando o término da guerra, espera-se que o apoio internacional e os diálogos entre pares sejam semelhantes como no período crítico de 2014, uma vez que desde essa época a reforma aplicada pela Verkhovna Rada tem sido focada numa perspetiva da integração europeia. O Parlamento da Ucrânia tem desenvolvido uma relação estreita, no que toca ao apoio e auxílio, com o Parlamento Europeu e vários parlamentos nacionais europeus. Sendo que, espera-se que o respetivo continuará a acolher esse apoio internacional no seu desenvolvimento futuro, dando prioridade ao diálogo entre pares e às oportunidades de aprendizagem mútua (International IDEA, 2022, p.16).

Idealmente, a sobrevivência da Ucrânia passa pela proteção da democracia que terá de possuir como base a orientação ocidental da visão política ucraniana, tendo em consideração os diferentes níveis de resposta à guerra e a integração europeia. De acordo com a data da publicação do respetivo artigo, isto é, em Outubro de 2022 o resultado da guerra e o progresso da adesão da Ucrânia à EU dependia fortemente da agenda legislativa da Verkhovna Rada – fundamentada por reformas institucionais – e ainda das condições impostas para o país integrar na União Europeia (International IDEA, 2022, p.18). De realçar que

“o Parlamento Europeu desempenhou e continua a desempenhar um papel fundamental no apoio à renovação institucional e no desenvolvimento da Verkhovna Rada e na defesa da integração da Ucrânia na UE. O compromisso diplomático do PE com o Conselho Supremo ucraniano é de longe o seu compromisso mais intenso de instituição para instituição nos níveis político e administrativo, e o PE tem sido e continua a ser altamente influente na política da UE em relação à Ucrânia” (International IDEA, 2022, p. 19).

2. Análise da Formalização da Relação UE-Ucrânia no quadro da PEV

2.1. Análise da PEV e da PO

A Política Europeia de Vizinhança (PEV) apresentou-se, desde o início, como uma estratégia de cooperação da União Europeia com as áreas vizinhas, que incluem a Parceria Oriental (PO) e a União para o Mediterrâneo (UpM), apresentada em 2004. A PEV tem como base valores democráticos, de Estado de direito, no respeito pelos direitos humanos e pela coesão social. Fundamentalmente é um meio que visa:

- ☐ Aproximar a UE e os referentes membros;
- ☐ Imergir os interesses e benefícios mútuos;
- ☐ Promover a estabilidade, a segurança e a prosperidade.

Fazem parte desta política países como a Argélia, a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, o Egito, a Geórgia, Israel, a Jordânia, o Líbano, a Líbia, a Moldávia, Marrocos, a Palestina, a Síria, a Tunísia e a Ucrânia. A política expressa essencialmente as relações bilaterais entre a União Europeia e os seus vizinhos para a cooperação de prioridades partilhadas, tais como:

- ☐ Desenvolvimento económico para estabilização;
- ☐ Segurança;
- ☐ Migração e mobilidade.

A particularidade desta política de vizinhança é a abordagem que coloca em prática, uma vez que consegue diferenciar as necessidades, os interesses e as expectativas dos países vizinhos. Desta forma concede parcerias realizadas “à medida de cada um dos seus vizinhos”. Mas acima de tudo existe entre ambas as partes um foco nos interesses compartilhados, permitindo “um senso de propriedade e flexibilidade na adaptação do apoio às ambições de cada país parceiro”. Um dos elementos chave das medidas da PEV é a oferta a um “maior acesso ao mercado da UE e ao quadro regulamentar, normas e agências e programas internos”. De realçar que tendo sido criada num contexto geopolítico europeu de grande alargamento da União Europeia em 2004, expandindo as suas fronteiras para leste e para sul, a questão da segurança é a mais importante e a que mais peso tem sobre os países membros da UE uma vez

que nesse período e a Leste da Europa havia uma grande instabilidade a nível da diplomacia (Serviço Europeu de Ação Externa, 2023).

O conceito de uma política mais ativa da UE em relação aos "novos vizinhos", como por exemplo a Ucrânia, foi sugerida pela primeira vez pelos ministros dos Negócios Estrangeiros britânico e sueco no início do ano de 2002, acabando por dar origem à Política Europeia de Vizinhança. Todavia, os contribuintes líquidos para o orçamento da UE, como a Alemanha e a Holanda, mostraram-se cautelosos e uma certa relutância em assumir novos compromissos que consideraram dispendiosos em relação à Ucrânia. Mais tarde manifestou-se uma cooperação crescente entre a Alemanha e o grupo pró-ucraniano no Conselho, onde apresentaram documentos políticos conjuntos com a Polónia apelando a um maior empenhamento em relação à Ucrânia (Emerson & Aydin & Noutcheva,& Tocci & Vahl & Youngs, 2005, p.18).

No ano de 2003, a Comissão Europeia anunciou e apresentou uma comunicação intitulada de “Europa alargada e os países vizinhos: um novo enquadramento para as relações com os nossos vizinhos orientais e meridionais”, com o propósito de criar um enquadramento para as relações da UE com os países, da Parceria Oriental. Reforçou-se igualmente a necessidade de responder a ameaças no que toca à segurança, como a imigração ilegal, a interrupção do fornecimento de energia, a degradação ambiental, crime transfronteiriço e terrorismo (EuroDefense-Portugal, 2021).

O Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP) substituiu a Assistência Técnica à Comunidade de Estados Independentes (ATCEI) em 2007 e deu lugar e precedência ao desenvolvimento democrático e à boa governação. Este propósito recebeu cerca de 30% do orçamento total do IEVP nos países da vizinhança oriental. No caso específico da Ucrânia, o valor recebido foi de 148 milhões de euros para o período de 2007 a 2010 (Shapovalova & Youngs, 2012, p.2).

Atualmente, a PEV é, particularmente, um dos instrumentos indispensáveis para gerir a política externa da União Europeia, visto que se envolve a nível político, económico e securitário, mas também atua na conjuntura diplomática de forma a resolver conflitos e promover reformas políticas e económicas. De mencionar que a UE e os países vizinhos desenvolvem planos de atuação bilateral, “estabelecendo programas de reformas políticas e económicas envolvendo prioridades de curto e médio prazo, entre três a cinco anos”. De forma

a que os objetivos e as medidas propostos pela PEV sejam alcançados, a UE apoia financeiramente e politicamente sob o Instrumento Europeu de Vizinhança, que compreende um orçamento de 79,4 mil milhões de euros, para o período correspondente de 2021 a 2027 (EuroDefense-Portugal, 2021).

Os países integrantes deliberaram juntamente com a União Europeia um Plano de Ação (PA) – considerado o principal instrumento da política europeia – com vista a impulsionar reformas internas na área da política, da economia e da administração e em troca obtêm ajuda nos seguintes campos:

- ☐ A nível financeiro foram concedidas subvenções no valor de 12 mil milhões de euros a projetos relativos à PEV entre 2007 e 2013;
- ☐ A integração económica e o acesso aos mercados da EU, sendo que no ano de 2011, o comércio entre a UE e os seus parceiros da PEV totalizou 230 mil milhões de euros;
- ☐ A facilitação de vistos, na medida que em 2012, foram concedidos 3,2 milhões de vistos Schengen a cidadãos, incluindo estudantes dos países da PEV;
- ☐ O apoio técnico e político (House of Lords, 2015).

A Parceria Oriental (PO), lançada em 2009, é a dimensão oriental da PEV, sendo constituída especificamente por seis países pós-soviéticos, tais como a Arménia, Azerbaijão, a Bielorrússia, a Geórgia, a Moldávia e a Ucrânia. Conforme a atuação da Comissão Europeia, a PO promove:

- ☐ “A democracia e a boa governação”;
- ☐ “Reforça a segurança energética”;
- ☐ “Promove a reforma do sector e a proteção do ambiente”;
- ☐ “Encoraja os contactos interpessoais”;
- ☐ “E apoia os contactos económicos e sociais proporcionando financiamento adicional para projetos de redução da desigualdade social e aumento da estabilidade” (House of Lords, 2015).

De referir igualmente que os Acordos de Associação dominam a temática política da PEV, especialmente no que toca às reformas fundamentais e as áreas para uma cooperação reforçada entre a UE e o país parceiro, à Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado que abre os mercados, aborda questões de competitividade e as normas e o comércio nos

mercados da UE. A Ucrânia assinou AA, nomeadamente a ZCLAA, com a União Europeia a 27 de Junho de 2014 (House of Lords, 2015).

Todavia, no que toca à sua proporcionalidade é uma parceria que requer uma aproximação sem precedentes dos parceiros orientais. De notar a falta de uma estratégia subentendida, tendo em consideração a diferença entre as necessidades e as capacidades dos países parceiros e os quadros regulamentares da UE. Este facto pode ser fundamentado através de premissas económicas, resultando no desleixo da União Europeia em sustentar a ACLAA com os países da PO. Para a comunidade europeia, países como a Arménia, a Geórgia, a Moldávia e mesmo a Ucrânia são simples parceiros comerciais insignificantes e irrelevantes. Se por um lado a Geórgia representa 0,1% das exportações da UE, por outro a Ucrânia, totaliza 1,4% das exportações da UE (Delcour & Wolczuk, p.2).

Em 2019 assinalou-se a data mais importante no domínio da Parceria Oriental, tendo ocorrido no ano do seu 10.º aniversário. Em Maio do mesmo ano “foram organizados vários eventos de alto nível que contaram com a participação dos seis países da Parceria Oriental¹, dos Estados-Membros da UE e de partes interessadas” (Conselho Europeu, 2023b). Este marco é a demonstração da resiliência de uma união entre países e organizações que pretendem continuar a lutar pelos mesmos valores.

Mais recentemente, a 12 de Dezembro de 2022, ocorreu uma Reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da Parceria Oriental que reuniu os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE e os correspondentes de cinco dos seis países da Parceria Oriental sob a presidência de Josep Borrell – o alto representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

Neste contexto foram abordadas questões, tais como:

- ☐ A confirmação do empenho da União Europeia na Parceria Oriental;
- ☐ Ponderar as várias formas de adaptar a Parceria Oriental às necessidades dos respetivos parceiros;
- ☐ Auxiliar os parceiros que pretendem estabelecer uma maior cooperação e envolvimento no âmbito da segurança cibernética e/ou híbrida (Conselho Europeu, 2023b).

¹ Arménia, Azerbaijão, Geórgia, República da Moldávia e Ucrânia.

Tendo em consideração que na época de realização desta reunião, a guerra entre a Ucrânia e a Rússia decorria, foi essencial garantir a componente bilateral e o processo de alargamento. No que toca ao aspeto da segurança, a comunidade europeia propôs-se a apoiar os seus parceiros orientais que o objetivam, com a finalidade de reforçar a sua resiliência e a estabilidade na região. Outro tópico abordado e não menos importante foi a possibilidade de expansão da parceria ao convidar parceiros de outras regiões – como por exemplo da Ásia Central (Conselho Europeu, 2023b).

Todavia, e ao discutir a influência da política de vizinhança, há a compreensão de que a política não implica um acordo de adesão à UE. A PEV e a PO aproximaram os países vizinhos e até ofereceram o potencial para que os respetivos integrassem as suas economias com a UE através das ZCLAA's, contudo estas políticas não ofereceram nem garantiram uma futura adesão à União Europeia que podia favorecer ambas as partes (House of Lords, 2015).

É de realçar que, quatro anos após a Ucrânia ter entrado na PEV e na dimensão do comércio europeu – relativamente entre 2008 e 2009 – ocorreu um colapso a nível financeiro fazendo com que o Produto Interno Bruto (PIB) registado em 2009 obtivesse uma quebra de 15,1%. Não obstante, a dimensão de atividades transfronteiriças a ocorrer entre a Ucrânia e a UE estava a aumentar substancialmente. Esta ocorrência representa um marco com uma grande importância no domínio da história diplomática dos laços criados entre ambos os protagonistas da temática. A aproximação geopolítica representada sucedeu-se sob a liderança do Presidente Yushchenko – do partido 'Laranja', isto é, um partido pró-europeu. Perante este contexto histórico, foi possível desenvolver os principais ramos da cooperação económica bilateral, entre os estados membros da UE e a Ucrânia, notadamente a agricultura, a energia, a metalurgia, a petroquímica e outros produtos químicos. Para além da aposta na área do comércio, a promoção da democracia foi um dos principais objetivos da cooperação. Em consequência do Plano de Ação – de 3 anos em 2005, referido anteriormente, foi elaborada e desenvolvida uma Agenda de Associação com a finalidade de obter um acordo contratual em substituição do Acordo de Parceria e Cooperação de 1998 (Fedirko, 2013, p.2).

De acordo com Fedirko (2013, p.3), o impacto e a influência da União Europeia na democratização da Ucrânia permaneceu, pelo menos até 2013, em grande parte delimitado. Tendo em conta que a promoção da democracia na Europa remonta para o fim dos anos 50, especificamente para 1957 com a assinatura do Tratado de Roma, foi apenas nos anos 90, ou seja, precisamente quando a UE começou a expandir os seus valores e território que a

“condicionalidade política como instrumento de promoção da democracia foi implantada nas relações da UE com os seus vizinhos”. A "condicionalidade política" diz respeito às imposições da União Europeia relativamente a um país focado em reformar determinadas áreas políticas e incentivos como por exemplo ligação a subsídios ou aos fundos da UE. Os entendidos no domínio dos estudos da PEV intendem que a UE como promotor da democracia na Europa Oriental está a fracassar, considerando que as “recompensas e incentivos previstos pela PEV, fortes na área política de comércio e cooperação económica, são confusas e difíceis de identificar no domínio da promoção da democracia e gestão de conflitos”.

O Plano de Ação designado para a Ucrânia foi assinado a 21 de Fevereiro de 2005, definindo as tarefas a realizar num período de três anos. Tendo do lado da Ucrânia como do lado da União Europeia foram estabelecidas anualmente, em compromisso, os respetivos deveres para cumprir os objetivos e prioridades do PA. Em substituição do PA surgiu o Programa de Associação (PA) como um novo instrumento, aprovado a 23 de Novembro de 2009, facilitando todo o processo que se viria a proceder relativamente ao Acordo de Associação de 2014 (Tragniuk, 2016, p.52). No que diz respeito ao PA para a Ucrânia encontram-se 12 áreas-chave de promoção da democracia, entre as quais:

- ☐ Contribuição aquando a realização de eleições para que estas se realizem de forma justa através da eficiência e equilíbrio das instituições que sustentam a democracia e o Estado de direito;
- ☐ Aplicação de reformas legislativas e administrativas que assegurem uma autonomia local acentuada;
- ☐ Cumprimento de reformas legislativas e judiciais de forma a proporcionar a independência no domínio judicial e um meio imparcialidade da ação penal;
- ☐ Utilização de políticas contra a corrupção com destaque para a transparência e responsabilização da administração;
- ☐ Incentivo acrescido no que toca ao respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais e alicerces da sociedade;
- ☐ Promoção do desenvolvimento da sociedade civil;
- ☐ Salvaguarda da liberdade dos meios de comunicação social;
- ☐ Entre outras (Fedirko, 2013, p.4).

Em 2007, foi decidido, após conversações, que a UE e a Ucrânia iriam dar início a um novo acordo contratual para substituir o APC de 1998. Assim sendo, em 2010, foi definida a

Agenda da Associação – ferramenta de auxílio utilizada continuamente – que compreendeu o mesmo conjunto de medidas estabelecidas anteriormente visando a promoção da democracia e proteção dos direitos humanos – sendo que a área dos direitos humanos estava mais desenvolvida do que no PA. Os cidadãos ucranianos pró-europeus encontravam-se ávidos pela possibilidade que a UE poderia oferecer a nível da estabilização política. O caminho da Ucrânia em direção às normas políticas e institucionais europeias esteve presente na presidência de Yushchenko e Yanukovych como um objetivo de considerável importância. Contudo, e independentemente da aparente vontade política, a Ucrânia percorreu esse caminho da democratização traçado pela UE de forma bastante instável e acabou por tomar o rumo inverso, como se pode analisar no capítulo anterior (Fedirko, 2013, p.4). Deste modo e ainda que a Ucrânia seja o maior país da vizinhança oriental da União Europeia que é integrada pela PEV, as sucessivas tentativas de aproximação – sobretudo políticas – ao país têm sido continuamente realizadas à sombra das difíceis relações da UE com a Rússia. De referir igualmente, que os contributos concedidos graças ao Plano de Ação ficaram muito aquém das expectativas do Governo "Laranja" liderado por Viktor Yushchenko e Yulia Tymoshenko. À medida que o Acordo de Associação foi preparado, o cenário melhorou uma vez que previa o impulso do Acordo de Comércio Livre Profundo e Abrangente (ACLPA) entre ambas as partes (Fedirko, 2013, p.5).

2.2. A PEV após as constantes crises na Ucrânia

A crise da Ucrânia foi um marco nas relações entre a Rússia e o Ocidente uma vez que trouxe à superfície as tensões acumuladas no que diz respeito à forma da União Europeia exercer a sua política externa e especialmente lidar com a sua vizinhança. Por conseguinte, a PEV teve de ser profundamente repensada tendo em conta os acontecimentos na Ucrânia. Os principais atores da comunidade europeia, entre eles a Comissão Europeia, apelaram à revisão da PEV de forma a enfrentar melhor os conflitos existentes nos países vizinhos, assim como para desenvolver e promover a estabilidade com vista a encarar melhor as ameaças à segurança que surgem de situações de conflito na vizinhança (Ikani, 2019, p.2).

Quando a Ucrânia não assinou o AA e a ZCLAA com a UE em Novembro de 2013, teve implicações no que toca à segurança da UE no contexto central da PEV nomeadamente para fornecer uma agenda e prioridades para a política e reformas económicas. A crise da Ucrânia estabeleceu, da mesma forma, um momento crítico para a política europeia de vizinhança. Os

autores defendem que a PEV foi a causa dos acontecimentos que se desenrolaram a partir de finais de Novembro de 2013, visto que a Rússia tentou obstruir os esforços da União Europeia para aprofundar a sua relação com a Ucrânia através da PEV. Com efeito a crise despertou um apelo generalizado à reforma da PEV. Como Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança/Vice-Presidente da Comissão Europeia Federica Mogherini declarou, num discurso conjunto com a Comissária Europeia do Direcção-Geral para as Negociações de Vizinhaça e Alargamento Johannes Hahn que " temos de utilizar todo o potencial das nossas relações bilaterais com os parceiros na região para ter um impacto efetivo na nossa região". O principal objetivo que os líderes europeus tinham para a PEV recaiu sobre a preservação, a segurança e os valores da Europa, adaptando-se às possíveis e eventuais situações e necessidades individuais dos países vizinhos envolvidos. No documento de consulta que antecedeu a ronda de reformas da PEV, a Comissão e o Serviço Europeu para a Ação Externa (CSEAE) afirmaram que " a PEV nem sempre tem sido capaz de oferecer respostas adequadas", principalmente depois da grande Revolução de 2014 e com toda a problemática que envolve a Rússia. Sendo assim, uma mudança era necessária na política de vizinhaça para evitar a repetição da história (Ikani, 2019, p.4).

A mudança na PEV foi apoiada por todos os estados membros, de entre os quais, a França e a Alemanha expressaram as suas preocupações sobre a violação da soberania e integridade territorial da Ucrânia. A Polónia condenou igualmente a agressão russa ao território ucraniano. Os três países mencionados e pertencentes à UE apelaram fortemente à revisão da PEV quando se encontraram no final de Março no âmbito do "Triângulo de Weimar". Como resposta a todos estes apelos a EU, no ano de 2015, realizou uma revisão da PEV, liderada pela Comissão e ainda aberta à contribuição da sociedade civil. O objetivo desta revisão passou pela reavaliação dos instrumentos, ferramentas e das próprias bases sobre as quais a PEV foi construída. Após a revisão de 2015 foi notada uma mudança no rumo político assim como uma abordagem e atuação baseada em incentivos, na qual a UE comprometeu-se de forma inflexível e dificilmente adaptável (Ikani, 2019, p.5).

Alguns académicos na área da política externa (Delcour, 2015; Balfour, 2015; Simón, 2012) evidenciam a estagnação e a inação do sistema político internacional, inclusive da PEV. Contudo é essencial considerar dois aspetos. O primeiro relacionado com o facto da estagnação não se aplicar totalmente ao percurso da PEV, uma vez que em 2015, após a reforma da mesma, ocorrer uma clara quebra retórica na sequência dos acontecimentos juntamente de um

compromisso declarado de reforma política anunciado pela Comissão Europeia e pelos respectivos estados membros europeus. De referir que a reforma direcionou o seu foco para o pragmatismo, a estabilização, os objetivos e as ferramentas fundamentais indicadas para o processo. O segundo direcionado para a falta de uma reforma considerável e imponente, também em 2015, com a insuficiência de adaptação e mudanças políticas, assim como um novo conceito de mudança e como realiza-la após a crise da Ucrânia (Ikani, 2019, p.6). A crise da Ucrânia resultou num preocupante e grave desafio geopolítico para a UE e as suas políticas externas principalmente para a vizinhança oriental dado que a estratégia da Rússia para proteger os seus interesses no território pós-soviético, especificamente na Ucrânia durante o ano de 2014, foram sustentadas pela presença da UE na região. A perspetiva russa em relação à integração europeia, nomeadamente em relação à Parceria Oriental, na região foi entendida como uma ameaça que por sua vez se traduzia numa concorrência de iniciativas económicas entre as potências. Como por exemplo, em 2013, o conselheiro de Putin, Glazyev declarou em 2013 que ao “assinar este acordo de associação com a UE, o governo ucraniano viola o tratado de parceria estratégica e amizade com a Rússia (...) que conduzirá a agitação política e social (...) assim como o nível de vida diminuirá drasticamente”. Ao contrário de acompanhar uma mudança política e diplomática internacional, a atenção foi centrada na crítica às políticas realizadas. De referir que a crise na Ucrânia deteve mais consequências do que a reforma da PEV. A título de exemplo a crise política e militar que decorreu após a Cimeira de Vilnius, tendo sido o resultado de um conjunto de eventos e desenvolvimentos que vinham a pairar sob a superfície há mais de uma década (Ikani, 2019, p.7). A Cimeira de Vilnius – ocorrida a 28 e 29 de Dezembro de 2013 – é considerada o primeiro evento que despoletou o mau clima entre os países e as comunidades envolvidas – resultando na segunda Revolução da Ucrânia – na qual a Rússia comprometeu a estratégia da UE de aproximar a Ucrânia da mesma (Tanrisever, 2014, p.103).

Após as crises na Ucrânia e os pedidos de mudança política da PEV foi necessário um contexto de institucionalismo histórico, ou seja, princípios e normas de autogestão e análise do que pode ser mudado. O institucionalismo histórico proporciona um vasto grupo de ferramentas concetuais para a análise da adaptação institucional adequada às políticas de uma política europeia fragmentada, porém multifacetada. Perante a debilidade das estruturas políticas e institucionais, que não são suficientes para tratar dos desenvolvimentos políticos solicitados, ocorre o desabar da sua legitimidade e capacidade de agir perante as crises, isto é, momentos críticos onde é necessário ter em conta a possibilidade de vários *out comes* – consequências. Assim sendo, a crise da Ucrânia foi um desses momentos críticos para a PEV, em que face

tamanha violência, a legitimidade da abordagem anteriormente utilizada nas relações com os países vizinhos foi quebrada (Ikani, 2019, p.8).

2.3. A PEV no contexto da Europeização

O conceito de europeização surgiu no início dos anos 90 e desde então tornou-se num instrumento de investigação utilizado com maior frequência entre os entendidos na área das Relações Internacionais e dos Estudos Europeus, e é contextualizado de duas formas. A primeira ocorre através do alargamento da Europa em si, aplicando-se aos países em vias de adesão e países candidatos com uma acessível perspetiva de adesão à EU. A segunda mediante a europeização da vizinhança, que por sua vez influencia os "outsiders" vizinhos da EU onde não existe a promessa de uma iminente. Relativamente à europeização do alargamento, os países que adotaram as regras da UE fizeram parte de uma transferência internacional de regras na história da mais recente ordem mundial (Gawrich, Melnykovska, Schweickert, 2009, p.5).

Para melhor analisar a qualidade da europeização da Ucrânia são consideradas as seguintes dimensões das políticas da PEV que implicam igualmente com o interesse estratégico da EU:

- A promoção da democracia – a PEV é um instrumento de democratização da União Europeia, e apesar dos comentários de observadores internacionais, como foi mencionado anteriormente, a UE tem em vista aperfeiçoar a conexão através de cimeiras regulares, reuniões de comités e negociações. Tendo em conta a institucionalização da democracia, nomeadamente de “exercer” valores democráticos sob uma política externa de um país vizinho, esta é realizada com um "poder suave". Assim, as declarações oficiais da UE podem ser interpretadas como uma estratégia de culpa e/ou vergonha, e considerando o caso da Ucrânia é de realçar a estratégia nos domínios da corrupção do Estado de direito, das eleições presidenciais e parlamentares e da liberdade da comunicação social. As estratégias aplicadas para a democratização necessitam de se cumprir numa hierarquia de baixo para cima de forma a apoiar, por exemplo, as instituições que não pertencem à política de alto nível, isto é, a sociedade civil, o sistema educativo, e os meios de comunicação social (Gawrich et. al., 2009, pp.9 e 10).
- Cooperação Económica – "O acordo básico que a UE ofereceu aos estados da PEV consiste na cooperação económica em troca de reformas políticas". Todavia, a área

económica que é investida nos respetivos países da política de vizinhança continuava, até à data do documento, a ser algo consideravelmente vago e impreciso, e os Planos de Ação são considerados uma orientação generalizada e não dão níveis limiares para uma eventual realização. Qualquer relação ou região económica criada e desenvolvida pela PEV é apenas bilateral, não havendo espaço para uma economia unificada ou multilateral. Os debates existentes sobre os modelos adequados de integração económica futura entre os membros da PEV e a UE varia entre o comércio livre bilateral profundo, os acordos multilaterais simples de comércio livre e a participação no mercado comum (Gawrich et. al., 2009, pp.10 e 11).

- Justiça e Assuntos Internos (JAI) – as principais áreas de exigência e cooperação da JAI são a migração e a política de fronteiras, o combate ao crime organizado e ao tráfico de droga e a formação e cooperação judicial e policial. Existem características essenciais no domínio da JAI tais como, a segurança interna da UE como por exemplo no que toca à criminalidade organizada ou à migração ilegal, a JAI é igualmente uma estratégia de segurança a curto prazo e uma iniciativa a longo prazo para a boa governação, democracia e transformação socioeconómica. As mudanças políticas exigem uma consistente supervisão através da política de fronteiras ou da cooperação policial (Gawrich et. al., 2009, p.11).

Dada a importância dos instrumentos da PEV mencionados anteriormente, é de referir que estes são inadequados e encontram-se desatualizados para que haja um aprofundamento da europeização e o apoio a uma integração mais estreita entre a UE e a Ucrânia, uma vez que em relação a outros países como a Estónia, a Lituânia e a Letónia que “apanharam os preparativos para a adesão com os países da primeira vaga”, a Ucrânia ficou para trás e tem realizado as suas reformas de forma irregular. Contudo e considerando a forma como a UE tratou a Ucrânia, o país não se sentia limitado por quaisquer compromissos associados à procura de adesão à UE. Leonid Kuchma chegou a afirmar que "ninguém espera por nós na Europa", fazendo com que a necessidade de provar as suas "credenciais europeias" através de atos se tornasse nula. Desta forma, era impercetível a escolha europeia e o rumo a seguir, que se encontrava dividido pela europeização declarativa e a europeização mais profunda, que por sua vez poderia inspirar a forma de atuar da Ucrânia e as consequentes reformas (Wolczuk, 2003, pp.10 e 13). Durante muitos anos a posição constatada foi de uma europeização declarativa. Atualmente é de notar a mudança de rumo.

De mencionar que a democracia e a europeização são categorias que se sobrepõem, contudo não são a mesma coisa e desta forma têm definições diferentes no contexto da União Europeia. Por um lado, o conceito de democracia relaciona-se com o facto do país candidato à EU consiga alcançar a estabilidade das instituições que garantam os direitos humanos, o respeito, a proteção das minorias e acima de tudo o Estado de Direito. A europeização em si engloba a democracia, mas é um conceito mais amplo. Esta consiste num processo de convergência de normas e valores europeus modernos por meio das normas juridicamente vinculativas da UE no domínio da democracia e dos direitos humanos, da transformação dos interesses objetivos das empresas e dos indivíduos em resultado da crescente integração e da transformação dos valores subjetivos e das identidades a nível da sociedade. Para que estes processos decorram é necessário considerar duas esferas, ou seja, a condicionalidade e a socialização. Na esfera da condicionalidade são incluídos benefícios, tais como a adesão, os incentivos económicos, políticos e institucionais progressivos no âmbito da política de vizinhança sob a condição que todas as exigências económicas e/ou políticas sejam cumpridas. Na esfera da socialização a proximidade e a atratividade do modelo de democracia da UE, governação e do Estado de direito são fundamentais, sendo que a UE dá o exemplo, envolvendo os seus vizinhos nas atividades conjuntas. Não obstante a ambas as esferas, a europeização depende do facto de os vizinhos considerarem a UE um modelo forte. A PEV é uma tentativa por parte da UE de desencadear a europeização dos países parceiros, o que se enquadra nos objetivos políticos ambicionados atualmente pela Ucrânia (Emerson et. al., 2005, pp.4 e 5).

2.4. O caminho da Ucrânia para a adesão à UE

No que diz respeito à cooperação e convergência da Ucrânia à União Europeia, esta requer uma adaptação a nível jurídico e legislativo, sendo que a Ucrânia tem a obrigação de adequar a sua legislação à da UE tornando-se, desta forma, mais moderna e ao nível da comunidade europeia. O ato jurídico normativo de referência no domínio da adaptação da legislação ucraniana à da UE é a lei “relativa ao programa nacional de adaptação da legislação ucraniana à legislação da União Europeia de 18 de Março de 2004”. O objetivo desta norma seria a aquisição por parte da Ucrânia de um estatuto de qualidade de membro da UE. O sistema jurídico ucraniano deve ser desenvolvido no âmbito do cumprimento dos critérios de Copenhaga e de Madrid sobre a estabilidade da sociedade, o Estado de direito e o funcionamento da economia de mercado (Tragniuk, 2016, p.53). Tendo em consideração a fase

de adaptação, é necessário considerar o Livro Branco – adaptado em 1995 pelo Conselho Europeu de Cannes – que trata da integração dos membros associados da Europa Central e Oriental no mercado interno da União Europeia, que abrange a legislação no domínio do mercado interno, como base no programa ucraniano de adaptação, isto é, uma preparação de associação. O Livro Branco é constituído pela introdução geral e o anexo. Em primeiro lugar, a introdução descreve em termos gerais a natureza, os objetivos e o conteúdo do processo de aproximação. Enquanto que o anexo constitui a análise de todos os domínios da legislação da UE, das ações legislativas necessárias a adotar pelos países candidatos, a filosofia interna e as consequências de tais alterações no domínio administrativo e organizacional (Kravchuk, 2023, pp.14 e 15).

A 3 de Fevereiro de 2023 foi realizada, em Kiev, a primeira cimeira UE-Ucrânia desde a grande invasão da Rússia. Face aos perigos iminentes a respetiva ocorreu na capital da Ucrânia, onde se reuniram 15 comissários da União Europeia assim como a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. Na cimeira foram debatidas cinco questões estratégicas, respetivamente:

- ☐ O processo de adesão da Ucrânia à UE;
- ☐ O apoio e cooperação da UE à Ucrânia na luta contra a guerra de agressão da Rússia;
- ☐ As iniciativas de Kiev para obter uma paz justa e responsabilização;
- ☐ A reconstrução e cooperação económica;
- ☐ E a segurança alimentar global.

A grande e principal questão da cimeira consistia na eficácia e celeridade da Ucrânia para se tornar membro da UE. Para Bruxelas o processo é o habitual, baseado no cumprimento dos critérios de Copenhaga pelo país que procura a adesão, caso a avaliação por parte da Comissão Europeia seja positiva as negociações podem iniciar-se. Ainda assim, Kiev encontra-se na fase de incorporar a vontade política como um fator que pode acelerar todo este processo e garantir uma avaliação positiva da Comissão o rapidamente possível. Os representantes do governo ucraniano apresentaram e afirmaram, igualmente, que 77% das obrigações decursivas do Acordo de Associação foram cumpridas, sendo que 90% ocorreram no domínio da justiça. A apresentação destes dados foram aceites pelos participantes e especialistas da UE na cimeira. Aquando o término da cimeira foi assegurado que a UE continuaria a fornecer apoio a nível político e militar à Ucrânia enquanto fosse necessário, incluindo a ajuda militar em cerca de 3,6 bilhões de euros no âmbito do Fundo Europeu de Paz e da Missão de Assistência Militar da UE

para treinar 30 000 soldados ucranianos em 2023. Realçando mais uma vez a importância do seu governo desenvolver as negociações de adesão à UE ainda em 2023 e o facto de não ter sido abordado pela UE a questão dos jatos e mísseis, o presidente Zelensky empreendeu “visitas relâmpago” a Londres, Paris e Bruxelas – entre 8 e 9 de Fevereiro – para garantir as armas necessárias. Com efeito, o primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, comunicou que “essa possibilidade está a ser avaliada” enquanto que o presidente francês, Emmanuel Macron, não descartou essa hipótese e ainda prometeu um maior apoio militar (Minakov, 2023).

A Junho de 2022 e em pleno estado de guerra, a Ucrânia tornou-se um país com estatuto de candidato à União Europeia, decisão tomada pelo Conselho da UE fundamentada pela declaração oficial da Comissão Europeia:

“A Comissão Europeia concluiu que a Ucrânia em geral está bem avançada em alcançar a estabilidade das instituições que garantem a democracia, o estado de direito, os direitos humanos e o respeito e proteção das minorias; manteve o seu sólido registo macroeconómico, demonstrando uma resiliência notável com estabilidade macroeconómica e financeira, ao mesmo tempo que necessita de prosseguir com ambiciosas reformas económicas estruturais; e aproximou-se gradualmente de elementos substanciais do acervo da UE em muitas áreas” (Minakov, 2023).

Contudo a resposta às questões levantadas na cimeira seriam publicadas mais tarde, fazendo com que durante a espera levantasse-se a dúvida acerca do desfecho das negociações e o que iria prevalecer, isto é, a vontade política ou o procedimento usual, uma vez que, por mais que a UE reconhecesse que os ucranianos demonstram vivamente a vontade de defender a si mesmos e a Europa, a UE constitui uma aliança baseada em valores, normas e regras e para a adesão ocorrer o país tem de cumprir todos os requisitos (Minakov, 2023). A 23 de Março de 2023 o Conselho Europeu voltou-se a reunir, desta vez em Bruxelas – numa cimeira que teve a duração de dois dias – com o propósito de debater a guerra da agressão da Rússia e o apoio contínuo à Ucrânia. O documento escrito e conclusivo do Conselho Europeu – de Março de 2023 – demonstra a posição oficial tomada pela UE, sendo essencial realçar as seguintes conclusões:

- A necessidade de defesa pelo direito internacional, responsabilizando e condenando desta forma a Rússia pelos atos de agressão através da aplicação da ação penal através da criação do Centro Internacional de Ação Penal pelo Crime de Agressão contra a Ucrânia;

- O aumento da pressão coletiva sobre a Rússia, mediante novas medidas restritivas e a aplicação de sanções a nível europeu e nacional;
- A intensificação dos esforços a nível militar e de defesa através do fornecimento de “munições solo-solo e de artilharia e, se solicitados, mísseis”;
- O apoio à “reparação, a recuperação e a reconstrução da Ucrânia”, em conjunto com os seus parceiros internacionais;
- A “importância do processo de adesão da Ucrânia à UE, de acordo com as suas anteriores conclusões, em especial as conclusões de 23-24 de junho de 2022”;
- E a condenação do apoio prestado de assistência militar pela Bielorrússia e pelo Irão à Rússia (Conselho Europeu, 2023a, pp.1,2,3,4).

3. Redefinição Geopolítica da Europa: Qual o papel da Ucrânia?

3.1. A Geopolítica Europeia

O conceito de geopolítica emergiu na era do imperialismo, nomeadamente no século XIX. Atendendo às mudanças geográficas físicas e políticas existentes nas últimas duas décadas, foi ocorrendo a necessidade de utilizar o termo – “geopolítica” – para que fosse possível explicar com melhor clareza os eventos ocorridos de maior importância no meio europeu. Como tal, a geopolítica é aplicada sob cinco formas diferentes. Numa primeira instância, a nível de política internacional, na qual são geridos os devidos acontecimentos e recursos políticos. De seguida, a nível da geografia da própria política internacional no seu sentido literal, tomando como exemplo a invasão da Rússia à Ucrânia no âmbito territorial. Em terceiro lugar o uso estratégico de ferramentas militares no caso de algum país ter a necessidade de se defender. Seguidamente a política de poder, a forma pela qual cada Estado protege os seus interesses e ambições de modo soberano, podendo ameaçar outros Estados no meio internacional através de ataques políticos, económicos e/ou militares. Por último o distanciamento do liberalismo económico, isto é, a procura por um espaço económico onde as decisões são maioritariamente tomadas pelo Estado. Desta forma é possível entender que a geopolítica da Europa começou a ser mencionada aquando a mudança radical de paradigma internacional (Kundnani, 2023).

Saul Bernard Cohen, geógrafo americano, define a geopolítica de forma generalizada, nomeadamente como “a análise da interação entre, por um lado, os contextos e as perspetivas geográficas e, por outro, os processos políticos” (Tudoroiu, 2018, p.7).

Em Dezembro de 2019, foi lançada a nova “Comissão Geopolítica” tendo em vista o fortalecimento da Europa no mundo de forma a que UE acompanhasse e desenvolvesse de acordo com as novas realidades globais, ou seja, uma questão de adaptação. De modo a fortalecer a Europa o caminho foi traçado no sentido de parcerias igualitárias em conjunto com a veemência das diferentes políticas no estrangeiro. Como ferramentas foram utilizadas as parcerias, a definição de agendas, a toma de iniciativas, a implementação eficaz das ações europeias, a proteção e promoção dos direitos humanos, da democracia e ainda do Estado de direito (Comissão Europeia, 2023a).

Conforme o conceito de geopolítica e a forma como esta pode ser colocada em prática e ainda como exemplo da perspectiva internacional acerca da guerra na Ucrânia, Olaf Scholz, chanceler alemão, demonstrou a sua preocupação numa entrevista um mês após o início da mesma – “O que me assustou é esta incrível ênfase na geopolítica no pensamento do presidente russo” – visto que representava uma rejeição da “ordem de paz” europeia (Kundnani, 2023). Para além do chanceler alemão, também Joseph Borrell, Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança declarou, com o pesar da guerra, “o despertar da Europa geopolítica” (Youngs, 2022). De igual forma, Ursula Von Der Leyen, Presidente da Comissão Europeia afirmou que deseja liderar uma “Comissão geopolítica” (Middelaar, 2021).

A mudança no cenário geopolítico através da invasão da Rússia à Ucrânia acarretou mudanças na Europa e no mundo – num curto espaço de tempo – na medida em que certas alianças foram modificadas, certos países da União Europeia “abandonaram a sua neutralidade histórica”. Atendendo este cenário, a UE necessita de reforçar as suas capacidades de defesa comuns e de sustentar uma autonomia estratégica. Com a ascensão de uma nova ordem mundial e com a emergência de outras potências mundiais, cada ator internacional começa a pensar profundamente no seu papel e no caso da UE o principal objetivo é a defesa, sendo que alguns avanços já foram feitos nesse sentido. Como por exemplo:

- A investigação e desenvolvimento com ações industriais em parceria no setor da defesa e aeroespacial;
- A contribuição do instrumento financeiro do Fundo Europeu de Defesa – FED;
- E a promoção da denominada “geoeconomia”, ou seja, sanções, políticas de ajuda económicas e de financiamento, controlo comercial e o controlo da migração (Comissão Europeia, 2023b).

De igual modo a UE já começou a ponderar a reintegração obrigatória do serviço militar entre os estados membros assim como a aquisição de preparação militar – tanto por parte da UE como da OTAN – devido ao conflito na Ucrânia (Comissão Europeia, 2023b).

Segundo Richard Youngs a invasão da Ucrânia pela Rússia impulsionou a União Europeia no sentido de uma “maior assertividade e unidade geopolítica”. Contudo o autor refere-se à forma como a UE melhorou a sua política externa e de segurança em relação às décadas anteriores e não à forma do despertar de geopolítico radical da Europa. Isso porque seria fundamental, por parte da Europa, dar passos geopolíticos em relação ao panorama de guerra caso fosse utilizada uma noção vaga desse conceito. Em 2022 o autor afirmou que “por

enquanto, não há nenhum nascimento dramático de qualquer geoestratégia europeia radicalmente nova”. Contudo há um apelo para que o papel da UE, como entidade global, faça algo para combater o fracasso político e analise as suas medidas de ação externa (Youngs, 2022).

Por outro lado, Luuk Middelhaar afirma que se tem assistido ao despertar geopolítico da Europa, “embora sobretudo contra a sua vontade e os seus hábitos”, devido ao panorama comportamental preocupante que se começava a desenvolver por parte da Rússia em relação à Ucrânia ainda em 2021. Tendo em conta a importância e a dimensão internacional das matérias em questão, a visão de geopolítica despertou pela mudança de perspetiva da ordem mundial, passando de uma “autoimagem universal e/ou global” para uma “localização geográfica específica”. Se anteriormente a Europa distribuía a sua abordagem pelos numerosos atores através de procedimentos em diferentes áreas políticas de acordo com as respetivas necessidades, mais recentemente começou a adotar um novo papel, nomeadamente de protetor, face às ameaças ao seu espaço geográfico, isto é, ao seu espaço continental. Cada vez mais a UE está consciente do quão fundamental é proteger a sua geopolítica e para tal carece de uma capacidade estratégica para definir as suas prioridades como União. Essa estratégia assenta num conjunto de medidas, investimentos, cooperação e ação a nível diplomático (Middelhaar, 2021).

Tendo em conta a estratégia de Vladimir Putin, ao planear a destruição da Ucrânia como nação independente através de uma guerra em grande escala, a posição dos estados membros da União Europeia foi clara e sem hesitações o que proporcionou de imediato à UE a sua visão como ator geopolítico. A sua atuação perante este cenário de guerra foi rápida, dura e corretiva ao penalizar a economia russa, tornando-a tóxica, e focar-se nos fluxos migratórios oferecendo refúgio aos ucranianos. Contudo há limitações e barreiras no que diz respeito à sua transformação numa “potência geopolítica”. Uma das limitações é a própria guerra visto que se a mesma se agravar, a UE terá de saber desenvolver uma resposta suficientemente eficaz para apaziguar as expectativas que certos estados e entidades têm, ou seja, aumentar a ajuda militar à Ucrânia e ao mesmo tempo evitar a intervenção da OTAN. Para além da promoção e defesa da democracia, do auxílio a Kiev e da pressão a Moscovo, a UE não dispõe de uma estratégia bem definida. A segunda limitação apresentada remete para a dificuldade em garantir e manter as fontes de energia alternativas, devido à possível diminuição das importações de petróleo e gás da Rússia. Como terceira limitação apresenta-se a dependência europeia em relação aos Estados Unidos da América mediante as trocas de informação e coordenação contínuas. A quarta e

última limitação é relativa ao incentivo por parte dos estados membros da União para cerrar as fileiras tendo em consideração os altos riscos da guerra, o que acaba por ter consequências para os que pretendem fugir da guerra e encontrar refúgio na Europa. Atendendo às limitações enumeradas anteriormente a União Europeia tem mostrado um poder geopolítico considerável (Alcaro, 2022).

Para Bruxelas, o comportamento ucraniano foi crucial no apoio facultado, especialmente a apreciação pela liderança do país e o esforço do público para defender o seu território e Estado. Para além das sanções europeias mencionadas anteriormente contra a Rússia, a UE também impôs sanções militares e empenha-se em conjunto com a ONU e o grupo G7 – Alemanha, Canadá, Estados Unidos da América, França, Itália, Japão e Reino Unido – para poder proporcionar o seu apoio humanitário em todas as frentes (Abbas & Qaisrani & Qazi, 2023, p.11).

No que diz respeito à invasão da Rússia à Ucrânia, a Comissão Europeia, como instituição da UE, assumiu um papel essencial no desenvolvimento e na aplicação dos pacotes de sanções, assim como a sua resposta à mesma foi mais rápida e forte do que à guerra da Ucrânia de 2014. Desde 2014, a União Europeia tem assumido um nível de preparação maior. A guerra de 2022 levou a uma "reformulação significativa" das opiniões dos estados membros sobre a Rússia e da perceção da ameaça por parte desta. De acordo com o autor, a guerra foi como um “gatilho de crise” para se suceder uma resposta da União. A reação da UE ocorreu de forma gradual ao lançar os diferentes pacotes de sanções, uma vez que certos assuntos políticos, tais como o carvão e o petróleo – sanções de energia – são particularmente sensíveis aos estados membros. Contudo a Comissão agiu e atuou em maior grau do que o habitual, fazendo com que a coesão no seio da União aumentasse e o cenário se tornasse mais geopolítico para a CE. De referir ainda que as sanções de 2022 são notáveis na medida em que se desviam do padrão geral e permitem que a UE se destaque perante outros líderes ou potências mundiais (Håkansson, 2023, pp.7 e 8).

Em grande parte, a Comissão Europeia, baseou-se nos seus poderes económicos para se tornar num ator geopolítico, o que através da perspectiva da teoria das relações internacionais os poderes concedidos a uma instituição para fins económicos podem ser convertidos para um desempenho mais forte no domínio da segurança internacional. De acordo com o autor, a Comissão geopolítica deve atender e igualar as práticas das grandes potências políticas externas. Considerando os poderes económicos de um ator geopolítico, particularmente da

Europa, surge o conceito de “geoeconomia” definido como “a utilização de instrumentos económicos para promover e defender interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos benéficos” ou como “a aplicação de meios económicos de poder pelos Estados para realizar objetivos geoestratégicos”. Num mundo onde os conflitos geopolíticos são crescentes o próprio conceito de Comissão geopolítica é entendido como uma resposta e um reflexo da solidificação das relações internacionais. Questões como a guerra na Ucrânia e os países que criam e praticam uma lógica de império que pretende dominar o mundo – como por exemplo a Rússia, a China e a Turquia – causa uma forte pressão de forma a que a UE redefina o seu papel e a sua estratégia a nível de política externa, obrigando-a a adaptar-se (Haroche, 2023, pp.971, 972, 973). A Presidente Von Der Leyen deliberou que a UE estava condenada a tornar-se “mais geopolítica”, devido à sua vulnerabilidade e a fatores externos, para conseguir atingir os seus objetivos internos. Apesar das contradições ou objeções a que a União Europeia se esteja a tornar numa entidade geopolítica, a Comissão fez questão de afirmar o seu poder, afirmando o seguinte:

“A Comissão sempre foi geopolítica. No entanto, nunca o pôs no papel. O problema é que, quando se diz isso, cria-se um debate: 'O que é que quer dizer? Têm um mandato para isso? Quais são as vossas intenções? Qual é a base do tratado para isto?' Ao não o dizer, está a proteger-se. Se o disser, deve preparar-se para as perguntas.” (Haroche, 2023, pp.974 e 975).

Com a redefinição geopolítica da Europa no século XXI, com competências geoeconómicas e geopolíticas, é de notar a conversão da ordem mundial e as principais potências. De acordo com os autores está a emergir uma nova ordem mundial multipolar, isto é, onde existem novos centros de poder – tal como o presidente russo, Vladimir Putin, também afirma. A importância da UE reconhecer a nova ordem recai sobre o facto de ser mais facilmente atingida pelas consequências da guerra a longo prazo – a título de exemplo o que respeita a escassez da energia e o custo de vida – em comparação com os EUA. É neste sentido, que as nações europeias têm de repensar a sua posição geopolítica e geoeconómica, tomando um papel mais autoconsciente e independente como entidade internacional (Balkenende & Buijs, 2023, p.257). A invasão da Ucrânia despoletou uma competição entre as grandes potências mundiais, indicando que foi uma ação deliberada num “jogo de xadrez geopolítico” com uma influência a longo prazo e com um amplo horizonte. De referir que apesar da invasão militar ao território ucraniano, o alvo desta guerra é, também e maioritariamente, a Europa. Para a Rússia, que tem relações diplomáticas com a China, a Europa é o centro do campo de batalha substancial no seu esquema geopolítico a longo prazo. Para as duas potências mundiais referidas, tirar a Europa do cenário seria um grande passo em direção à tão desejada ordem mundial multipolar. Tendo

em conta a posição estratégica europeia atual, a UE e as suas nações tiveram de despertar do seu sono geopolítico para reunificar fortemente a sua união (Balkenende & Buijs, 2023, pp.261-264).

De mencionar que num período anterior à guerra, a UE e os EUA pré-Trump procuraram ultrapassar e superar as questões geopolíticas em que perdem ou têm prejuízo sob o seu território e poder militar, substituindo-as por questões e abordagens onde ganham algo ou há até certo ponto uma vantagem relacionada com a ordem mundial e a governação internacional (Tudoroiu, 2018, p.7).

Mais recentemente, em Maio de 2022, o presidente francês, Emmanuel Macron, apresentou à Europa uma nova forma de diálogo e comunicação no meio político europeu, mais especificamente a Comunidade Política Europeia (CPE). Esta compreende o objetivo de criar novos projetos que façam face aos desafios comuns e instabilidades atuais, como por exemplo os pedidos de adesão à UE da Ucrânia, da Geórgia e da Moldávia, como afirmou Macron – “Esta nova organização europeia permitirá às nações europeias, democráticas, alinhadas com os nossos valores, encontrar um novo espaço de cooperação política, de segurança”. Conforme o diretor do *Eurasia Group*, Mujtaba Rahman, evidenciou a CPE seria uma organização intergovernamental na qual o papel principal é atribuído aos Estados participantes e o papel da Comissão e do Conselho Europeu é minimalista, com base numa relação multilateral (Euronews, 2022). A Comunidade daria a oportunidade a praticamente todos os membros do Conselho da Europa fora da UE de participarem na vida da EU, o que representa uma oportunidade para a Ucrânia. A CPE seria uma organização regular e reunir-se-ia quatro vezes por ano em Bruxelas sendo que os partidos políticos dos países terceiros interessados poderiam juntar-se aos partidos políticos europeus. No Parlamento Europeu, as delegações destes países poderiam participar nas sessões plenárias como observadores, com direito a intervir e a contribuir para os trabalhos das comissões parlamentares, sem direito de voto, com exceção das resoluções tomadas pela CPE (Sapir, 2022, p.216).

A União Europeia, que tem em vista a integração de outros estados ou nações, necessita urgentemente de uma reforma e os respetivos autores sugerem uma abordagem diferente para que a UE detenha uma “base forte constituída pelo mercado único, pelas políticas comerciais e de acompanhamento, pelas instituições europeias, pelos tratados, pelo Estado de direito e pelo empenhamento nos valores fundamentais da EU”. É imprescindível ver a Europa como uma “casa” composta por uma arquitetura completa. Esta casa deve ser constituída por duas alas, respetivamente uma para os membros da UE e outra para os não membros e as áreas políticas

seriam transferidas para três “clubes” – a união económica e monetária; o Schengen e política de asilo; a política externa e de segurança e política de vizinhança; e outras políticas com base em relações económicas muito estreitas e alguns elementos de discussão multilateral. A adesão ao clube seria opcional, mas uma vez inseridos os países teriam de aceitar as regras e haveria grandes obstáculos à saída. Esta abordagem diferente da política europeia tem elementos positivos e negativos. A vantagem é que permite aos países experimentar certas políticas de acordo com as suas preferências e necessidades e ainda incentiva os países excluídos a tomarem as medidas necessárias para cumprirem esses requisitos se quiserem realmente aderir a um determinado clube, como é o caso da Ucrânia. A desvantagem é que cria uma hierarquia entre os Estados Membros, que pode ser ressentida pelos países que são excluídos de certos clubes por não cumprirem os requisitos de adesão. Para países como a Ucrânia cujo nível de desenvolvimento económico e institucional torna questionável a plena participação na EU, mas que mesmo assim pretendem fazer parte da mesma, um círculo exterior seria formado com características multilaterais (Demertzis & Pisani-Ferry & Sapir & Wieser & Wolff, 2018, pp. 8 e 9).

3.2. Potencial da Ucrânia e Matérias Associadas

Como foi mencionado no capítulo anterior, a Ucrânia é país candidato à União Europeia desde Junho de 2022. Este é o derradeiro teste geopolítico que a UE enfrenta em 2023 mediante a sua agilidade e eficiência em relação a este tópico. Desde 2022 o ritmo adotado pela UE, tem sido “ofuscante” em função do facto de que na Europa não podem existir zonas cinzentas, isto é, zonas que transmitam incerteza, onde existe um domínio da guerra ao invés da paz e onde as regras ou leis – da UE – ainda não se aplicam. Por sua vez a UE não é capaz de garantir segurança à Europa (Batchik & Fleck, 2023). A respetiva concessão à Ucrânia do estatuto de país candidato à adesão à UE é um indício de que a UE está pronta para assumir o referido papel geopolítico e enfrentar os desafios do século XXI. É, do mesmo modo, o reconhecimento de que a Ucrânia pertence à Europa e não ao "espaço russo". Tanto a Ucrânia como a UE tiveram de fazer um grande esforço para chegar a esse entendimento (Di Mauro & Gorodnichenko & Sologoub, 2022, p.15).

Com o passar do tempo, a tensão entre Bruxelas e a opinião pública é crescente de que a integração da Ucrânia deve ser obrigação para combater questões de segurança e económicas que chegam a ultrapassar as questões morais. Cada vez mais a Ucrânia torna-se depende da sua

relação ao Ocidente, nomeadamente com a UE, sendo que a União não tem outra alternativa nesta temática senão acelerar o processo de integração, a não ser que se assista à implosão do país. A integração da Ucrânia levanta questões de grande relevância no que toca à reforma interna da UE, uma vez que esta está dependente do orçamento, da política agrícola, do Parlamento Europeu e da própria demanda do futuro do alargamento geopolítico (Jarábik, 2023). O futuro e o potencial da Ucrânia como país candidato passa igualmente por entender que há barreiras a limitar este processo, como por exemplo:

- ☐ A ambição russa em querer restaurar a União Soviética;
- ☐ O poderio militar russo – a ameaça do uso de armas nucleares;
- ☐ A segurança e a moral da Europa, tendo em consideração que a guerra acarreta, do mesmo modo, consequências para os cidadãos europeus;
- ☐ O impacto a nível económico na UE;
- ☐ O Ocidente – notadamente a Europa – não tem sido capaz de colocar a sua indústria militar numa velocidade superior;
- ☐ Os sinais crescentes de cansaço da guerra e de medo por parte dos ucranianos;
- ☐ O caso da Rússia sair vitoriosa da guerra (Jarábik, 2023).

Contudo, não são só barreiras que conduzem este debate, mas também as vantagens que a Ucrânia tem do seu lado:

- ☐ O facto da UE e dos EUA não poderem deixar a Rússia ganhar visto que iria ter grandes implicações para ambas as forças internacionais;
- ☐ O aumento no domínio geográfico e territorial da Europa;
- ☐ A Política Agrícola Comum (PAC) – caso a Ucrânia aderisse à EU iria representar cerca de um quinto de todas as terras agrícolas do bloco (Jarábik, 2023).

O potencial da Ucrânia apresenta-se igualmente no facto de a sua adesão à União Europeia beneficiar a própria União em questões de segurança, de cooperação e graças ao vasto e desenvolvido capital humano, talento empresarial, setor de Tecnologias de Informação e engenharia mecânica (Lisnichuk & Zhytar, 2022, p. 89).

No que concerne o poder militar da Rússia e a partir do momento em que Vladimir Putin chegou ao poder, todas as intervenções militares realizadas no exterior das fronteiras russas foram a resposta a uma provocação europeia, a pretexto da promessa não cumprida de que os

países do bloco de Leste não adeririam à OTAN, o que pode muito bem significar que Putin queira perturbar a unidade europeia e fomentar as divisões entre os membros (Fernandez-Cras & Mauro, 2020, p.11). O poderio militar russo representa um perigo à segurança da União Europeia bem como dos países que lhe fazem fronteira. É de realçar que a Rússia tem maiores reservas de indústria militar acumulada desde a era soviética, designadamente a preparação e o treino de defesa e a superioridade numérica de artilharia, em comparação com o Ocidente, especialmente a Europa. No entanto a Rússia usufrui da ajuda do Irão e da Coreia do Norte para manter o nível de artilharia acima dos seus oponentes. Por mais que a Europa ajude a satisfazer as necessidades da Ucrânia não é o suficiente e dessa forma os EUA prestam assistência através da distribuição de armamento. Quando a Rússia decidiu invadir o Estado soberano da Ucrânia tratou-se de uma violação do direito internacional, mas sobretudo de uma violação da missão de uma Europa idealizada como não pragmática (Papanikos, 2022, p.9).

Para que a integridade europeia não seja colocada em causa e não seja uma consequência de todo o processo de integração, o caminho da Ucrânia para a UE não pode ser realizado apenas seguindo o modelo dos outros países da Europa Oriental. Pelo contrário, a Ucrânia é aconselhada a seguir certos princípios, particularmente:

- Substituir a recuperação pela transformação da Ucrânia, abrangendo matérias setoriais e realizando mudanças mais abrangentes e decisivas que deverão acontecer, sobretudo, com qualidade;
- Adotar uma postura em relação às mudanças mais rápida e irreversível para não dar oportunidade à Rússia de ter tempo de criar atividades destrutivas;
- Destacar a segurança como prioridade número um da transformação e adesão à UE, isto é, saber gerir os possíveis riscos a todos os custos;
- E definir uma estratégia comum Ucrânia-UE através de ações conjuntas para que ambas ganhem a confiança e o impulso necessário com vista a trabalharem para o mesmo objetivo (Di Mauro et. al., 2022, p.37).

De forma a que a Ucrânia entre na UE como um Estado inteiramente democrático e não comprometa a sua relação com a União Europeia, a fase de reconstrução deve ser suportada por um povo que tenha de igual forma uma aspiração democrática. Esta é uma questão fundamental visto que a sociedade ucraniana em 2020 demonstrou o seu desagrado em relação à concentração de poder, sendo que 55% a 60% acreditava que “homens fortes poderiam fazer mais pela Ucrânia do que leis e discussões”. Sendo esta uma guerra em grande escala, as crenças

e doutrinas populares tendem e podem mudar radicalmente e há que evitar que a Ucrânia siga o caminho da Polónia ou da Hungria, que adotaram ideais liberais-democratas, mas que praticam um regime cada vez mais autocrático, ou um caminho direcionado para uma ditadura populista como foi destinada a Rússia sob a liderança de Putin (Di Mauro et. al., 2022, p.44).

Os avanços realizados no que toca à adesão da Ucrânia têm sido significantes, que se traduzem na possibilidade das conversações para a adesão podem arrancar no mês de Dezembro de 2023. Segundo a Comissão Europeia, os progressos estabelecidos por Kiev são mais que favoráveis, sendo que serão publicados num relatório pela respetiva. Até Agosto de 2023 dois dos sete requisitos essenciais para que a Ucrânia entre na UE tinham sido alcançados. É de notar que a Ucrânia está no centro do novo impulso da União uma vez que significa a sua expansão. No seu discurso anual ao Parlamento Europeu a Setembro de 2023, Ursula Von Der Leyen, enunciou que “o futuro da Ucrânia está na União”. Apesar da guerra da Rússia ainda ser ativa, Bruxelas e Kiev devem iniciar as negociações em Dezembro (Barigazzi & Caulcutt & Vinocur, 2023).

3.3. O Espaço Geográfico e Territorial Europeu

Cerca de 30 anos após o Tratado de Maastricht, o modo como os decisores políticos da União Europeia visualizam a velha geopolítica em comparação com os mapas mentais, do continente europeu, inerentes aos mesmos representa uma grande diferença. A cartografia hegemónica é sustentada pela forma como os europeus concebem as suas experiências políticas, económicas e sociais. A velha grelha geopolítica condiciona significativamente a maneira pela qual os políticos da UE e internacionais descortinam as fronteiras da União, notadamente os 27 membros, o território que abrange os 4 233 255 km² e uma população de 447 milhões. De assinalar que a perceção cartográfica que os cidadãos têm da UE no geral é significativa para a forma como esta se desenvolve, visto que a UE tem se constituído de um “projeto geoinstitucional” criado para desfazer a mentalidade tradicional da geopolítica e, para além disso, expandir os horizontes dos espaços sociais imaginados e das fronteiras. Contudo, a velha mentalidade é persistente entre os políticos e os académicos que tentam alcançar uma mudança geopolítica da UE. Este facto é notadamente revelante ao considerar a revolução geovisual que está a ocorrer dentro e fora das fronteiras da União Europeia (Rajkovic, 2022, pp.144 e 145).

No seguimento da agressão em grande escala da Rússia contra a Ucrânia, que dura há mais de um ano sem qualquer perspectiva de resolução pacífica, a Europa encontra-se agora num ponto de rutura geográfica. A invasão da Rússia quebrou a vizinhança oriental da UE, arrastando consigo a Política Europeia de Vizinhança. Devido à sua notável capacidade de resistência e ao auxílio da Europa e dos EUA, a Ucrânia tem impossibilitado a Rússia de uma vitória estratégica. À medida em que a UE se torna mais próxima da Ucrânia e vem em sua defesa, é criada uma distância da Rússia e uma nova cortina de ferro é formada como cenário de base no futuro das relações o que coloca em causa a principal e crucial questão da guerra, que é a fronteira (Jarábik, 2023).

No que diz respeito ao domínio territorial, a adesão da Ucrânia irá expandir a fronteira terrestre entre a UE e a Rússia, duplicando-a em relação aos atuais 2 250 km. Este cenário trará desafios no que toca concerne a segurança. Não obstante, a adesão da Ucrânia também trará à UE uma nova forma de gerir a ameaça russa devido à capacidade militar ucraniana assim como à sua capacidade de resistência (Blockmans & Raik, 2023).

Na esfera deste conflito encontra-se a cooperação entre a União Europeia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Desde a queda da União Soviética, tem se assistido à forma como a OTAN tem moldado a Europa, mais especificamente para a Europa Oriental como se pode verificar pela figura 1. A forma como a OTAN tem contribuído para a instabilidade política e para a guerra é uma questão em aberto, para a qual os geógrafos nem sempre têm dado as respostas mais consistentes. Alguns geógrafos tendem a alegar que a capacidade da OTAN para moldar a segurança europeia nos anos noventa foi consideravelmente consistente, no entanto a sua influência começou a diminuir nos anos 2000 com a recuperação económica da Rússia e o declínio do *soft power* dos EUA. Com a guerra na Ucrânia, as geografias imaginativas civilizacionais têm dominado a cobertura mediática ocidental do conflito, juntamente com o interesse em "descolonizar a Rússia", através da mudança de regime e do desmembramento e fragmentação territorial russo – o que significa fazer o mesmo que se fez com a US. Outro modo de “descolonizar a Rússia” passa pela compreensão mais complexa do papel do território no imaginário geopolítico russo. O caminho para a segurança territorial europeia decorre do encorajamento à cooperação ocidental a compreender até que ponto o mapa do seu respetivo alargamento pode ser ameaçador para a Rússia. O autor destaca os problemas que podem surgir quando se vê o mundo através das lentes de uma geopolítica clássica primordialista – políticas elementais para garantir a coesão entre o

território e a população – na medida em que é uma preocupação dos geógrafos pois o foco devia estar numa abordagem mais moderna – novas guerras, conflitos culturais, rivalidades económicas e o cuidado pelo meio ambiente (Klinke, 2023, pp.812 e 813).

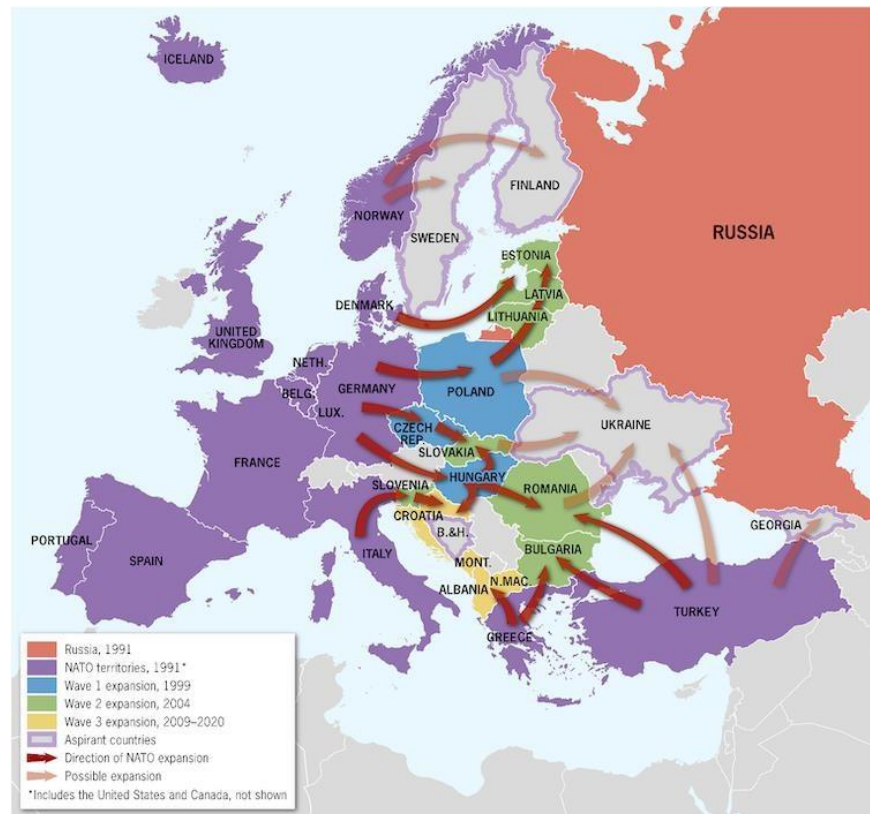


Figura 1 - A expansão da OTAN na Europa desde 1991 (Mapa: Nick Megoran)

Como mencionado nos capítulos anteriores, o alargamento da OTAN e a expansão da UE eram vistos por Putin como uma ameaça para a Rússia e um gatilho para que Putin decidisse invadir a Ucrânia. A expansão da OTAN é o próprio problema cuja solução pretende ser. Este tem sido um tópico constantemente abordado nos briefings militares do Kremlin. A título de exemplo, após o humilhante naufrágio da nau capitânia da Rússia no Mar Negro, em Abril, Margarita Simonyan, jornalista russa, chefe da emissora Russia Today (RT) e uma importante líder do grupo de Putin, enunciou o seguinte:

“Precisamos de compreender que, quando vemos acontecimentos difíceis, as perdas, não estamos a lutar contra a Ucrânia... de um ponto de vista inteiramente técnico e militar, estamos a lutar com a OTAN. Estamos a lutar contra um enorme

adversário armado, o mais poderoso e, em essência, o único do seu gênero.” (Merogan, 2022a).

Cada vez mais apela-se à paz e à não-violência como objetivos centrais na geografia política. Repensar o mapa de alargamento da OTAN e uma geopolítica pacífica da Europa é particularmente pertinente até se alcançar o término da guerra e um futuro caminho para a paz (Merogan, 2022b, p.2).

3.4. Consequências Geopolíticas da Integração Ucraniana

Uma das questões cruciais no contexto de geopolítica é tentar compreender como é que a Ucrânia vai integrar a UE depois da guerra, dado que o país invadido foi e está a ser destruído em grande escala. Independentemente do fim da guerra, parte das infraestruturas ucranianas ficarão destruídas. O custo da reconstrução e modernização, estimado por Kiev, encontra-se num trilhão de dólares. As mudanças ocorridas desde a invasão da Rússia têm sido proeminentes no que corresponde o domínio económico, demográfico e social do país. Os 52 milhões de habitantes que existiam aquando da queda da URSS diminuíram para cerca de 29 milhões. A Ucrânia está agora completamente dependente da ajuda financeira e do apoio militar do Ocidente – maioritariamente da UE. Esta dependência traz e ainda trará consequências à UE, que enquanto parte negociadora tenta auxiliar a Ucrânia nas suas necessidades mais urgentes. Com estas necessidades urgentes, surgem tensões do lado de Kiev e do lado Ocidental. A reconstrução será um fator benéfico e positivo, todavia, depender de investidores privados requer uma paz fiável e estável, que parece estar longe nesta fase. Segundo os autores, a transformação e a reconstrução da Ucrânia será um processo relacionado com a integração da Ucrânia na EU. De referir que uma parte significativa dos fundos para a reconstrução da Ucrânia virá dos contribuintes dos países da União Europeia. Cada um destes países terá, em última análise, de concordar explicitamente com a adesão da Ucrânia à EU, ou seja, é uma moeda de duas faces (Di Mauro et. al., 2022, pp.34 e 35).

Como União política e económica, a UE, deve calcular as possíveis consequências, positivas e/ou negativas da entrada de um antigo país da União Soviética na Comunidade Europeia. Neste sentido, cada Estado membro é afetado pelas inseguranças decorrentes de um Estado fraco e ainda pelas preocupações relacionadas com a integridade territorial e com a Rússia, um país vizinho prepotente. Não é de surpreender que a geopolítica seja o prisma através do qual estes países encaram as suas relações com a EU (Delcour & Wolczuk, 2013,

p.3). A título de exemplo apresenta-se a Hungria, que demonstra a sua clara oposição – “a Ucrânia não está pronta para iniciar negociações sobre a adesão à UE. É uma decisão completamente inútil, irracional e errada abrir negociações com a Ucrânia nestas circunstâncias, e a Hungria não está a mudar a sua posição” como afirmou Viktor Orbán, primeiro-ministro da Hungria, que da mesma forma ameaça destruir a política para a Ucrânia na reunião dos líderes europeus em Bruxelas ainda a Dezembro de 2023. Contudo a Hungria não queria partilhar a sua má decisão e absteve-se de decidir em relação ao início das negociações sobre a adesão da Ucrânia à UE (Euronews, 2023). Outro obstáculo considerado pelos estados membros recai sobre a passada má qualidade de governação da Ucrânia devido à corrupção. De igual forma e caso a vitória da Ucrânia seja apenas parcial e a integridade territorial não for restaurada no total, o país teria em vista uma reconstrução e grandes progressos em termos de governação, o que poderia ainda aumentar consideravelmente as perspetivas de sucesso do país nas negociações de adesão à EU, no entanto permanece a questão da integridade territorial visto que os estados membros da EU podem não estar dispostos a admitir no seu seio um país sem integridade territorial sem um acordo e/ou tratado de paz com a Rússia. No caso da Ucrânia sair derrotada da guerra alguns dos países da UE hesitarão em aceitar um país cujo território continua parcialmente ocupado pela Rússia especialmente se o conflito contínuo com a Rússia impedir o país de se reconstruir totalmente (Sapir, 2022, p.214).

São três os cenários que Karjalainen (2023, pp. 10, 11 e 12) apresenta como possíveis consequências do alargamento da Europa na próxima década:

- Uma vizinhança cada vez mais contestada – alguns países vizinhos podem deixar de procurar a adesão à EU e começam a procurar apoio político e económico noutras comunidades internacionais. A crescente e progressiva influência russa poderá reacender conflitos latentes ou provocar agitação política em locais como as Balcãs Ocidentais, na Geórgia e na Moldávia, podendo dar início a novos conflitos;
- A UE cai num impasse – ocorre uma falha na distribuição de poderes e recursos entre os seus membros e a luta contra a corrupção nos países candidatos é cada vez mais difícil abrindo e dando oportunidades a que a influência estrangeira tenha voto sobre o processo de decisão da União;
 - Por último e o mais esperançoso é o alargamento da UE com um grande sucesso – A Europa torna-se um território mais pacífico e estável graças

ao alargamento da UE. Os candidatos, particularmente a Ucrânia, aderem à União com democracias estáveis. A vulnerabilidade europeia diminui e há estabilidade económica no mercado europeu.

Tendo em consideração que assim que a Ucrânia aderisse à União Europeia, a própria União e os seus estados membros teriam de começar a refletir no facto de estarem na obrigação de defender a sua nova fronteira de uma agressão russa, um cenário que seria vantajoso e que faria face ao que foi apresentado anteriormente, não só para a Ucrânia como para a UE, seria a adesão da própria Ucrânia à OTAN antes de aderir à UE como fizeram outros países da Europa Central e Oriental em 2004. Essa circunstância faria com que a OTAN passasse a ter essa mesma obrigação. Todavia, os membros da Aliança Transatlântica não estão dispostos a trazer a Ucrânia para a organização enquanto a guerra durar. Esse cenário só se começa a ponderar aquando o término da guerra (Besch & Ciaramella, 2023).

Dada a dimensão da Ucrânia como país, a sua adesão na arquitetura institucional da UE teria um grande impacto, notadamente:

- A nível da quota de votos nas decisões do Conselho Europeu, a Ucrânia representaria quase 10% uma vez que em termos da sua população – 41 milhões de cidadãos antes da guerra – seria o quinto maior da União Europeia;
- A Ucrânia passaria a dispor do direito de veto em questões decididas por unanimidade, contudo no domínio da política externa e de segurança, em particular, a Ucrânia pode ser sensível a esse tópico após ter travado a sua guerra de independência da Rússia;
- A atribuição proporcional de assentos à Ucrânia faria com que o Parlamento Europeu (PE) excedesse o seu limite formal, provocando uma alteração do tratado ou uma redução proporcional do número de assentos para deputados ao PE de outros países da UE, ou seja, a percentagem de votos de outro país membro poderia diminuir fazendo com que esta reconfiguração provocasse alterações no equilíbrio de poderes no Conselho Europeu;
- A Ucrânia também terá direito a posições nas outras instituições da UE. O acrescento de apenas um comissário, um auditor, e um juiz não deverá conduzir à disfuncionalidade das respetivas instituições. Todavia, o funcionamento da CE tornar-se-ia problemático se a UE continuasse a integrar mais meia dúzia de Estados;

- Haveria uma alteração no equilíbrio de poder interno da UE, não necessariamente ao longo de linhas geográficas entre o Oriente e o Ocidente, mas em questões políticas que afetam a soberania firmemente defendida da Ucrânia (Blockmans, 2023).

Com o avançar das décadas e com a mudança da ordem mundial é possível notar que a vizinhança da UE está cada vez mais instável, designadamente através da contínua guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e do conflito Israel-Hamas que está a desestabilizar muitos dos vizinhos do sul da Europa e a forçar os europeus a olhar para sul e para leste, isto é, as atenções estão a desviar-se da urgência ucraniana, contudo a UE, querendo ser um ator geopolítico presente e determinante, tem de saber gerir este tipo de assistências políticas. A instabilidade não só se apresenta a nível de conflitos, como também de competição pelo poder entre a China e os EUA que se intensifica cada vez mais e as alterações climáticas colocam desafios económicos, sociais e geopolíticos cada vez maiores. Desta forma, compete à UE navegar neste ambiente estratégico que se apresenta progressivamente mais ameaçador. Se a UE aumentar com a entrada da Ucrânia, mecanismos de tomada de decisão mais eficientes serão exigidos. Simultaneamente, a UE que fala a uma só voz pode tornar-se num interveniente internacional muito mais estável e habilidoso no domínio da diplomacia, visto que é necessário relembrar que a UE baseia-se em valores como o respeito pelos direitos humanos, a liberdade e a democracia, o que consequentemente ajudará a tornar o mundo um lugar mais democrático e mais seguro, evitando guerras (Sologoub, 2022, p.222).

Apesar das consequências, das dificuldades e dos riscos anteriormente descritos, a Ucrânia tem condições prévias positivas muito fortes para gerir o processo de reconstrução, reforma e integração. Além do mais, a União Europeia em conjunto com os parceiros ocidentais e as instituições financeiras internacionais tem a oportunidade de adquirir uma enorme experiência e conhecimento das realidades, necessidades, oportunidades e condicionalismos da Ucrânia. O resultado desta difícil realidade irá também refletir-se nas boas e más experiências de reconstrução pós-guerra noutros países, isto é, os estados europeus vão passar a enfrentar conflitos destes de forma diferente e possivelmente mais bem preparados (Di Mauro et. al., 2022, p.36).

Antes da Ucrânia ser invadida pela Rússia, havia uma fração de cidadãos ucranianos que manifestavam simpatias pró-russas e/ou pró-soviéticas. Atualmente, com o processo de adesão da Ucrânia à UE e após o início da guerra, muitos desses cidadãos transformaram-se em

ucranianos que odeiam Putin e os seus vilões. Por mais que entidades como a UE queiram travar esta guerra para que paz prospere, na memória dos ucranianos vai permanecer o ódio do povo à Rússia, particularmente a Vladimir Putin (Kravchenko, 2022, p.206).

Conclusão

O estudo das relações bilaterais entre Ucrânia e União Europeia permitiram a compreensão do panorama atual e crítico que originou a guerra na zona Leste da Europa.

A Ucrânia, independente desde 1991, demonstrou ser um país no qual o historial desempenha um grande papel. As duas fases mais intensas e críticas de reformas na história democrática da Ucrânia começaram com a Revolução Laranja (2004) e a Revolução da Dignidade ou Revolução Maidan (2014). Durante esse período a maior parte dos cidadãos ucranianos começaram a desenvolver uma concordância de que a democracia era a forma preferida e priorizada de governo. É neste sentido que a relação entre UE-Ucrânia se proporciona e desencadeia. Começa a ocorrer uma abertura da economia ucraniana, não só à UE como ao Ocidente no coletivo, e o primeiro APC é assinado em 1994. A UE como transmissora dos valores democráticos pretende começar a influenciar a Ucrânia nesse sentido. Tendo em conta o tempo cumprido no governo por Viktor Yanukovych – que liderava uma democracia de fachada – a Ucrânia nem sempre esteve próxima dos valores europeus nem de uma relação com base na compreensão dos valores de cada Estado. Os laços com o Ocidente, especialmente com as capitais da UE – começaram a ser mais fortes quando o partido de Petro Poroshenko – Solidariedade, pró-europeu – ganhou as eleições em 2014. Consequentemente mais acordos foram assinados entre os atores desta investigação.

De realçar, a PEV e a PO, que foram os procedimentos essenciais para a aproximação da Ucrânia à Europa. Através da PEV, a UE conseguiu apoiar a Ucrânia a nível financeiro com a criação de um orçamento singular a longo prazo. No entanto surgiriam duas problemáticas, nomeadamente o facto da PEV necessitar urgentemente de profundas reformas para poder acompanhar as carências dos países vizinhos e o facto de que ambas as parcerias e/ou políticas não garantiam o objetivo crescente da Ucrânia, isto é, a sua adesão à UE. Após as constantes crises ucranianas, a Europa foi uma vizinha notável na recuperação da política e democracia da Ucrânia tendo em conta que estaria a colocar em risco a sua estabilidade política e económica. Desta forma pode-se afirmar que a União Europeia, apesar de ter tido dificuldades em dar uma resposta rápida em tempos de crises e conflitos, não deixou de apoiar a Ucrânia apelando aos seus principais valores democráticos e tentou encontrar e chegar a um equilíbrio político e geográfico entre a Ucrânia e a Rússia. Passado quase duas décadas desde a sua criação, a PEV não deixa de ser um meio para que se proceda ao fenómeno da Europeização. A Junho de 2022

e em pleno estado de guerra, o Conselho Europeu tomou a decisão de tornar a Ucrânia num país com estatuto de candidato à EU, um grande marco para o país de Leste.

Apesar deste marco importante na resiliência dos ucranianos, a Rússia tinha outros planos. A invasão em grande escala da Ucrânia pela Rússia despertou uma grande mudança paradigmática na redefinição geopolítica mundial, facultando uma lição histórica sobre a força e a vitalidade da própria democracia. Para a Rússia, a Ucrânia foi um alvo estratégico essencial, visto que, especialmente desde 2014, se tem afastado cada vez mais para construir laços fortes com o Ocidente. Para Putin, os últimos acontecimentos têm sido uma combinação de considerações estratégicas bem calculadas. A UE não ficou indiferente a este acontecimento e desde então têm adotado uma postura mais eminente, afirmando-se como um ator geopolítico progressista. A própria Comissão Europeia sempre se considerou geopolítica, contudo e mais recentemente, o seu lado geopolítico tem sido cada vez mais apelado para fazer face às mudanças que se enfrentam a nível internacional.

A Ucrânia é um país que muito tem a oferecer e a contribuir à UE, não só a nível territorial como político. Todavia e numa perspetiva europeia, a adesão da Ucrânia pode trazer igualmente desvantagens, notadamente no que toca à segurança e à economia. Também o poderio militar russo é uma ameaça, dado que a Rússia fez, desde sempre, transparecer a imagem de que as suas forças armadas eram uma das maiores e mais poderosas do mundo. A resposta da UE à Rússia são os pacotes de sanções que têm sido lançados imediatamente desde o começo da guerra e o auxílio no domínio militar e económico à Ucrânia. Graças a esta cooperação e à contraposição determinada e consistente do povo ucraniano e do seu respetivo presidente – Volodymyr Zelensky – o grande plano estratégico de Putin tem vindo a desmoronar-se por completo. O apoio e a assistência da UE à Ucrânia no âmbito político e militar tem sido na realidade semi-sustentável em virtude da dificuldade em alcançar o término da guerra.

No que diz respeito aos interesses de política externa ou interesses divergentes por parte dos países que formam a União Europeia no que toca à adesão da Ucrânia, não existem grandes protestamentos, a não ser por parte da Hungria – que está completamente contra. As únicas preocupações europeias recaem na segurança e estabilidade da UE como comunidade que pretende alcançar um lugar respeitável no seio da nova ordem mundial.

As consequências geopolíticas da integração ucraniana passam por uma certeza e várias incertezas. A certeza de que o país de Leste estará totalmente e economicamente dependente da

UE. A incerteza de não saber em que estado o país vai estar, especificamente no que toca à reconstrução, de dar entrada de um antigo país da União Soviética, da reputação do governo ucraniano pelos antigos casos de corrupção, da obrigação de defender uma nova fronteira de uma agressão russa e é neste sentido que entra a OTAN, que apesar de ser a organização com o poder suficiente para por um fim à guerra e de ser frequentemente convocada para fazer face aos objetivos da Rússia, nada poderá acontecer até o conflito se ultimar como esta já se fez expressar.

De acordo com a problemática do trabalho de que se alguma decisão fosse tomada de forma diferente nos últimos 25 anos entre ambos os protagonistas desta temática, o cenário político seria atualmente diferente, é possível concluir que sim. Por um lado, caso a UE optasse por outro caminho no âmbito da política externa ou se tivesse interposto 'em demasia' e fazer frente diretamente a Putin o resultado seria diferente, no sentido em que seria pior e mais Estados sofreriam com esse cenário. Por conseguinte, os atores geopolíticos que são apresentados na investigação seriam em maior número e poderia incluir potências mundiais como a China, o Japão ou até a Coreia do Norte. Por outro lado, há que compreender que não há muito que a UE possa ter feito para prevenir um conflito a esta escala, visto que não tem o poder militar que a Rússia tem. Para esse efeito, apenas a ajuda dos EUA num cenário de guerra extremo seria a única forma de se obter uma realidade diferente e relativamente mais positiva. Para terminar, atualmente, a União Europeia não se pode dar ao luxo de continuar a ser um *soft power*. A partir do momento em que a guerra começou a UE devia ter caminhado para o desenvolvimento do seu *hard power*. É imprescindível que a UE caminhe em direção à afirmação da sua capacidade de se manter vinculada com o foco na relação com os seus países vizinhos.

Ao longo da realização da dissertação deparei-me com algumas perguntas que apenas terão resposta com o terminar da guerra e que poderão ser alvo de investigações futuras, respetivamente:

- ☐ De que forma a guerra na Ucrânia vai acabar?
- ☐ Assim que a guerra acabar quais são os planos da UE para preservar e aumentar a segurança do seu território;
- ☐ Caso a Rússia saia perdedora, será que haverá um ataque à União Europeia?
- ☐ E, fundamentalmente, quando a guerra acabar, a UE continuará com o propósito de melhorar o seu papel como ator geopolítico?

Bibliografia

- Abbas, H., & Qaisrani, I., & Qazi, B. (2023). A Geopolitical War in Europe: Russia's Invasion of Ukraine and its Implications. *Journal of European Studies*, 39, 1.
- Abrams, D. (2007). *Modern World Leaders – Viktor Yushchenko*. New York: Infobase Publishing.
- Albright, D., & Appatov, S. (1999). *Ukraine and European Security*. London: Palgrave Macmillan London.
- Alcaro, R. (2022, Março). The EU and the Ukraine War: Making Sense of the Rise of a “Geopolitical” Union. *Istituto Affari Internazionali*, 22, 12.
- Balkenende, J., & Buijs, G. (2023). *Capitalism Reconnected: Toward a Sustainable, Inclusive and Innovative Market Economy in Europe - A New World Order is Emerging*. Amsterdam: Amsterdam University Press (pp. 249–268).
- Barigazzi, J., & Caulcutt, C., & Vinocur, N. (2023). *EU set to announce Ukraine accession talks by December*. (on line). Recuperado de <https://www.politico.eu/article/ukraine-eu-membership-ukraine-accession-talks-december/>
- Batchik, J., & Fleck, J. (2023). *Quatros grandes testes geopolíticos que a União Europeia enfrenta este ano*. (on line). Recuperado de <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/four-big-geopolitical-tests-the-european-union-faces-this-year/>
- Besch, S., & Ciaramella, E. (2023). *Ukraine's Accession Poses a Unique Conundrum for the EU*. (on line). Recuperado de <https://carnegieendowment.org/2023/10/24/ukraine-s-accession-poses-unique-conundrum-for-eu-pub-90838>
- Blockmans, S., & Raik, K. (2023). *Accelerator for a Geopolitical Europe: Potential Impact of Ukraine's Membership on EU Foreign, Security, and Defence Policy*. (on line). Recuperado de https://cdn.ceps.eu/wp-content/uploads/2023/11/ICDS_Policy_Paper_Accelerator_for_a_Geopolitical_Europe.pdf
- Blockmans, S. (2023). *The Impact of Ukrainian Membership on the EU's Institutions and Internal Balance of Power*. (on line). Recuperado de <https://www.ceps.eu/ceps-publications/the-impact-of-ukrainian-membership-on-the-eus-institutions-and-internal-balance-of-power/>

- Britannica, T. Editors of Encyclopaedia (2022). *Ucrânia*. (on line). Recuperado de <https://www.britannica.com/place/Ucrânia>
- Chromiec, J., & Koenig, N. (2015). Supporting Ukraine's Difficult Path Towards Reforms. *Policy Paper*, 143. Berlin: Jacques Delors Institut.
- Comissão Europeia. (1998). *PCA with Ukraine enters into force*. (on line). Recuperado de https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_98_198
- Comissão Europeia (2022). *Perfil dos países por ano de adesão - 2004*. (on line). Recuperado de https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/country-profiles_pt?f%5B0%5D=countries_by_year_of_entry_countries_by_year_of_entry%3A18
- Comissão Europeia. (2023a). *Comissão Geopolítica baseia-se em parcerias internacionais*. (on line). Recuperado de https://international-partnerships.ec.europa.eu/news-and-events/stories/geopolitical-commission-builds-international-partnerships_en
- Comissão Europeia. (2023b). *Mudança no Cenário Geopolítico*. (on line). Recuperado de https://knowledge4policy.ec.europa.eu/foresight/shift-geopolitical-landscape_en
- Conselho da Europa. (2022). *46 Membros Estados do Conselho Europeu*. (on line). Recuperado de <https://www.coe.int/en/web/portal/ukraine>
- Conselho Europeu. (2023a). *Conclusões do Conselho Europeu, 23 de março de 2023*. (on line). Recuperado de <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2023/03/23/european-council-conclusions-23-march-2023/>
- Conselho Europeu. (2023b). *Parceria Oriental*. (on line). Recuperado de <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eastern-partnership/>
- Delcour, L., Wolczuk, K. (2013). *Beyond the Vilnius Summit: challenges for deeper EU integration with Eastern Europe*. (on line). Recuperado de <https://www.epc.eu/en/Publications/Beyond-the-Vilnius-Summit-cha~24b864>
- Demertzis, M., & Pisani-Ferry J., & Sapir A., & Wieser T., & Wolff G. (2018). One Size Does Not Fit All: European Integration by Differentiation. *Policy Brief*, 3.
- Di Mauro, B., & Gorodnichenko, Y., & Sologoub, I. (2022). *Rebuilding Ukraine: Principles and Policies*. Paris: Centre for Economic Policy Research.

Emerson, M. (2005). *Democratisation in the European Neighbourhood*. Brussels: Centre For European Policy Studies.

Emerson, M., Aydin, S., Noutcheva, G., Tocci, N., Vahl, M., & Youngs, R. (2005). *The Reluctant Debutante: The European Union as Promoter of Democracy in its Neighbourhood*. *CEPS Working Documents*, 223.

EURADA. (2022). *Projects: EuropeAid*. (on line). Recuperado de <https://www.eurada.org/projects/europeaid>

EUR-Lex. (2023). *EU–Russia partnership and cooperation agreement*. (on line). Recuperado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex%3A21997A1128%2801%29>

EuroDefense-Portugal. (2021). *A Política Europeia de Vizinhança (PEV): Os objetivos e instrumentos da PEV*. (on line). Recuperado de <https://eurodefense.pt/a-politica-europeia-de-vizinhanca-pev/>

Euronews. (2022). *Comunidade Política Europeia: como fomentar o diálogo político?* (on line). Recuperado de <https://pt.euronews.com/my-europe/2022/10/06/comunidade-politica-europeia-como-fomentar-o-dialogo-politico>

Euronews. (2023). *UE dá luz verde às negociações de adesão com a Ucrânia e a Moldávia depois de Viktor Orbán levantar o veto e abster-se*. (on line). Recuperado de <https://www.euronews.com/my-europe/2023/12/14/eu-greenlights-accession-talks-with-ukraine-and-moldova>

Fedirko, T. (2013). *Democracy promotion in Ukraine in the framework of the European Neighborhood Policy*. (on line). Recuperado de http://www.pecob.net/democracy_promotion_ENP_Ukraine_1

Fernandez-Cras, P., & Mauro, F. (2020). *Is The European Union Really Unable to Defend Itself?* (on line). Recuperado de <https://www.iris-france.org/wp-content/uploads/2020/09/Analyse-9-MAURO-September-2020-.pdf>

Freedom House. (2023). *Democracy Status and Score of Ukraine in 2021*. (on line). Recuperado de <https://freedomhouse.org/explore-the-map?type=nit&year=2022&country=UKR>

Gawrich, A., Melnykovska, I., Schweickert, R. (2009). *Neighbourhood Europeanization through ENP: The case of Ukraine*. (on line). Recuperado de <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/32959/1/616905394.pdf>

- Gomza, I. (2022). The War in Ukraine: Putin's Inevitable Invasion. *Journal of Democracy*, 33, 3, 23-30.
- Haroche, P. (2023). A 'Geopolitical Commission': Supranationalism Meets Global Power Competition. *Journal of Common Market Studies*, 61, 4, 970-987.
- Håkansson, C. (2023). The Ukraine war and the emergence of the European commission as a geopolitical actor, *Journal of European Integration*, 1-21.
- House of Lords. (2015). *The EU and Russia: before and beyond the crisis in Ukraine*. (on line). Recuperado de <file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/115.pdf>
- Ikani, N. (2019). Change and Continuity in the European Neighbourhood Policy: The Ukraine Crisis as a Critical Juncture. *Geopolitics*, 24, 1, 20-50.
- International Institute for Democracy and Electoral Assistance. (2022, Outubro 14). Supporting Ukraine's Democracy After the War. *The Global State of Democracy In Focus*, 14.
- Interreg Europe. (2022). *Roménia-Ucrânia ENI Cross Border Corporation*. (on line). Recuperado de <https://interreg.eu/programme/eni-cbc-romania-ukraine/>
- Jarábik, B. (2023). *Break Point: Scenarios and Regional Implications of the Russo-Ukrainian War*. (on line). Recuperado de <https://www.iwm.at/europes-futures/publication/break-point-scenarios-and-regional-implications-of-the-russo-ukrainian>
- Karatnycky, A. (2005). Ukraine's Orange Revolution. *Foreign Affairs*, 84, 2, 35-52.
- Karjalainen, T. (2023). EU Enlargement in Wartime Europe: Three Dimensions and Scenarios. *Contemporary Social Science*, 136.
- Kikwitzki, H. (2015). *The EU's Democracy Promotion in Ukraine and the Importance of Domestic Legitimacy*. Recuperada de https://essay.utwente.nl/68708/1/Kikwitzki_BA_BMS.pdf
- Klinke, I. (2023). Of tanks and tankies: What's 'left' for geography after the invasion of Ukraine. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 48, 811-815.
- Kravchuk, I. (2023). *Approximation of Ukrainian Law to EU Law*. (on line). Recuperado de <https://www.batory.org.pl/doc/k3.pdf>

- Kubicek, P. (2005). The European Union and democratization in Ukraine. *communist and Post-Communist Studies*, 38, 2, 269–292.
- Kubicek, P. (2008). *The History of Ukraine*. Connecticut: Greenwood Publishing Group.
- Kundnani, H. (2023). *Europe`s Geopolitical Confusion*. (on line). Recuperado de <https://ip-quarterly.com/en/europes-geopolitical-confusion>
- Kuzio, T. (2011). Soviet conspiracy theories and political culture in Ukraine: Understanding Viktor Yanukovych and the Party of Regions. *Communist and Post-Communist Studies*, 44, 3, 221-232.
- Kuzio, T. (1998). *Ukraine: State and Nation Building*. London: Routledge.
- Lisnichuk, O., & Zhytar, M. (2022). Prospects of Integration of the Ukrainian Economy Into the European Economic Area. *Journal of Vasyl Stefanyk Precarpathian National University*, 9, 3, 86-93.
- Lloyd, L. (2010). European approaches to democracy promotion. *International Journal*, 65, 3, 547–559.
- Lupu, M. R. (2010). External democracy promotion in Ukraine and Moldova: the impact of the European Union. *Danish Institute for International Studies*. (pp.28) New York: Journal Storage.
- Mbah, R. E., & Wasum, D. F. (2022). Russian-Ukraine 2022 War: A Review of the Economic Impact of Russian-Ukraine Crisis on the USA, UK, Canada, and Europe. *Advances in Social Sciences Research Journal*, 9, 3, 144-153.
- Merogan, N. (2022a). Russian Troops Out! No to NATO expansion!” Pacific geopolitics for a new Europe. *Political Geography*, 98.
- Merogan, N. (2022b). Ukraine war: this map holds an important clue about Kremlin fears of NATO expansion. (on line). Recuperado de <https://theconversation.com/ukraine-war-this-map-holds-an-important-clue-about-kremlin-fears-of-nato-expansion-190677>
- Middelaar, L. (2021). *Europe`s Geopolitical Awakening*. (on line). Recuperado de <https://geopolitique.eu/en/2021/04/15/europes-geopolitical-awakening/>
- Minakov, M., & Rojansky, M. (2018). Democracy in Ukraine: Are We There Yet? *Kennan Cable*, 30. Washington: Wilson Center.

- Minakov, M. (2023). *Political Will or Procedure? Assessing Ukraine's EU Membership Goals in 2023*. (on line). Recuperado de <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/political-will-or-procedure-assessing-ukraines-eu-membership-goals-2023>
- Mitrokhin, N. (2015). Infiltration, Instruction, Invasion: Russia's War in the Donbass. *Journal of Soviet and Post-Soviet Politics and Society - Russian Media and the War in Ukraine*, 1, 1, 219-249.
- Neuwahl, F., Rueda Cantuche, J., Tukker, A., Poliakov, E., Reinout, H., Hawkins, T., Giljum, S., Moll, S., Oosterhaven, J., Bouwmeester, M. (2008) Towards a Global Multi-regional Environmentally Extended Input-output Database. *Ecological Economics*, 68, 7, 1928-1937.
- Oberschmidt, R. (2002). The OSCE Mission to Ukraine (1994-1999). In *Improving the Effectiveness of OSCE Missions: The Case of Ukraine*, pp. 89–116.
- Odushkin, O. (2001). The Acceptance of Ukraine to the European Union: Integrating and Disintegrating Factors for the EU. *Polish Sociological Review*, 136, 365–378.
- Onuch, O. (2014). The Maidan, Past and Present: Orange Revolution (2004) and the EuroMaidan (2013-2014). New York: *Columbia University Press*.
- Papanikos, G. (2022). *Europe, Ukraine and Russia: What is Really at Stake?* (on line). Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/358904290_Europe_Ukraine_and_Russia_What_is_Really_at_Stake
- Parlamento Europeu. (2023). *Cronologia: como a UE apoiou a Ucrânia em 2022*. (on line). Recuperado de <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/priorities/ucrania/20220519STO30402/cronologia-o-apoio-da-ue-a-ucrania-em-2022>
- Parlamento Europeu. (2011). *Negociações sobre o Acordo de Associação UE-Ucrânia* (on line). Recuperado de https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-7-2011-0545_PT.html?redirect#def_1_1
- Rabinovych, M. (2016). The Substance of the EU Democracy Promotion in Ukraine: Is Embedded Democracy the Right Concept? *Politikon: The IAPSS Journal of Political Science*, 30.

- Rajkovic, N. (2022). The European Union and critical legal cartography: Old geopolitics, worn geopoetry and the return of geopolitics. *European Law Open*, 1, 144-147.
- Rojansky, M. (2016). The Ukraine-Russia Conflict: A Way Forward, *Security and Human Rights*, 27, (3-4), 315-325.
- Roland, G. (2002). The Political Economy of Transition. *Journal of Economic Perspectives*, 16, 1, 29-50.
- Sapir, A. (2022). Ukraine and the EU: Enlargement at a New Crossroads. *Springer, Intereconomics*, 57, 4, pp. 213-217.
- Serviço Europeu de Ação Externa. (2023). *European Neighbourhood Policy*. (on line). Recuperado de https://www.eeas.europa.eu/eeas/european-neighbourhood-policy_en
- Scheide, C., & Schmid, U. (2014). The EuroMaidan in Ukraine: November 2013 till February 2014. *Euxinos, Center for Governance and Culture in Europe*.
- Shapovalova, N., & Youngs, R. (2012). EU democracy promotion in the Eastern neighbourhood: a turn to civil society? *FRIDE - European Think Tank for Global Action*, 115.
- Sologoub, I. (2022). Ukraine's EU Integration: A Long Way Home. *Springer, Intereconomics*, 57, 4, pp.218-224.
- Stepanenko, V., & Pylynskyi, Y. (2015). *Ukraine after the Euromaidan: Challenges and Hopes*. Bern: Peter Lang.
- Tanrisever, O.F. (2014). Eu's Eastern Partners and The Vilnius Summit: Opportunities Seized and Missed. *Turkish Policy Quarterly*, 12, 4.
- The New York Times, (2023). *We Forget Henry Kissinger's Effectiveness at Our Peril*. (on line). Recuperado de <https://www.nytimes.com/2023/12/18/opinion/henry-kissinger-ukraine-israel.html>
- Tragniuk, O. (2016). European Union and Ukraine: Some Issues of Legal Regulation of Relations – From Partnership and Cooperation Agreement to Association Agreement. *Critical Quarterly for Legislation and Law*, 99, 1, 44-63.
- Tudoroiu, T. (2018). *Brexit, President Trump, and the Changing Geopolitics of Eastern Europe*. London: Palgrave Macmillan.

Wilson, A. (2005). *Ukraine's Orange Revolution*. London: Yale University Press.

Wolczuk, K. (2003). Ukraine's policy towards the European Union: a case of 'declarative Europeanization'. *Paper for the Stefan Batory Foundation Project, The Enlarged EU and Ukraine: New Relations*, 1-28.

Youngs, R. (2022). *The Awakening of Geopolitical Europe?* (on line). Recuperado de <https://carnegieeurope.eu/2022/07/28/awakening-of-geopolitical-europe-pub-87580>